



Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
 SECRETÁRIO DA REDACÇÃO
F. ALVES DE AZEVEDO
 ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO P. MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 55, 1.º
 End. Telefónico: MINERVA
 Telefone 24253
 PROPRIEDADE DA EMPRESA
PORTUGAL COLONIAL
 NÚMERO 61

PREÇO AVULSO
 Metrópole..... 3500
 Colónias..... 4500
 (ASSINATURAS)
 Metrópole (6 meses)... 18500
 Colónias (6 meses)... 24500
 COMPOSTO E IMPRESSO
 OTTOSGRÁFICA LIMITADA
 Conde Barão, 50 — LISBOA

SUMÁRIO

MAIS UM ANIVERSÁRIO.....	<i>Henrique Galvão</i>
SUBSÍDIO PARA A ORGANIZAÇÃO DE UM INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA COLONIAL.....	<i>Fernando Mouta</i> Engenheiro de minas I. S. T. Da Repartição de Minas da Colónia de Angola
MOÇAMBIQUE.....	<i>António de Figueiredo Gomes e Sousa</i>
HISTÓRIA SEM FIM — EM CAMPANHA E A 45º.....	***
CONSCIÊNCIA IMPERIAL.....	<i>Alves de Azevedo</i> Diplomado com o Curso Superior Colonial
PÁGINA LITERÁRIA — HINO À ÁFRICA.....	<i>Berta Leite</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	*** e <i>João da Conceição Costa</i>
CARTA DA GUINÉ.....	<i>Armando Landersel Simões</i>
NO ESTRANJEIRO.....	***
CRÓNICA DO MÊS.....	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS.....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
LIVROS E PUBLICAÇÕES.....	***
ESTATÍSTICA.....	***

MAIS UM ANIVERSARIO



ENTRA este mês no sexto ano de publicação regular e ininterrupta a *Portugal Colonial*.

Vem a propósito, por consequência, recordar o que há seis anos escrevemos no seu número um.

Éis uma transcrição que, melhor do que quaisquer comentários dará a nota exacta do ca-

minho percorrido e da forma como cumprimos o que então prometemos:

«A *Portugal Colonial* nasce pois dentro deste pensamento: Contribuir na medida das suas possibilidades e com a pureza das suas intenções, até onde consiga realizá-las, para o restabelecimento de um sentido colonial que não pode ser prerrogativa dum grupo sem unidade, mas que tem que ser bussola e facão de quantos são alumados pelo sol do Império Português.

«Para tanto procurará, longe de toda a política inferior e de todos os interesses ilegítimos, fazer a propaganda das nossas colónias, pugnar pela formação duma hierarquia de valores, animar as gerações novas, em que é preciso recrutar urgentemente elites coloniais, agitar e estudar os problemas que interessam às colónias, aco-

lher e orientar todos os entusiasmos sinceros e todas as boas vontades decididas, finalmente, procurará prestar ao país, cujas forças morais é preciso levantar, o serviço de o convencer que na coordenação da política económica das colónias, com a política económica da Metrópole, assenta virtualmente a ressurreição do nosso bem estar e—mais ainda—da nossa missão imperial.

«Não sabemos até que ponto conseguiremos realizar o nosso programa, mas cremos que não é esforço perdido tudo quanto se faça para incutir na mentalidade portuguesa uma esperança confiante num futuro próximo das colónias e nas colónias um amor, cada vez mais vivo, pela mãe Pátria.

«Outros, melhor e mais largamente apetrechados, poderiam fazer o que nós, hoje, modesta e dificilmente encetamos. Mas não o têm feito.

«Portugal— a quarta potência colonial do Mundo— não tem, praticamente, uma grande *Imprensa Colonial*.

«A *Portugal Colonial* vem preencher uma pequena parte dessa lacuna— apenas uma pequena parte.

«Porque a sua vida, num meio ainda hostil a empreendimentos desta natureza, não pode deixar de ser difícil, porque a anime uma idea optimista que o pessimismo elegante do tempo não auxiliará, porque os críticos de café e os caluniadores de profissão lhe hão de atribuir todas as ruins intenções com que a sua inventiva, habitualmente mimoseia todos os esforços, porque, emfim, o «mal haver» que resulta do «por bem fazer» não é novidade nem consequência imprevista para nós, ignoramos a duração e os efeitos da sua carreira.

Subsídio para a organização de um Instituto de Investigação Científica Colonial

POR FERNANDO MOUTA

Engenheiro de minas I. S. T. da Repartição de Minas da Colónia de Angola

Introdução

TORNA-SE indispensável e urgente que o *Estado Novo*, no seu programa de resurgimento nacional, promova a ocupação científica do vasto Império Colonial.

Pouco até agora têm feito os Governos da Metrópole para resolver tão fundamental problema. E a obra dos estrangeiros tem-se alastrado, com o interesse que desperta os cantos ainda pouco conhecidos da Terra, enviando numerosas missões científicas, que transportam depois para os seus museus as colecções da flora, da fauna, da etnografia, etc., e que estudadas são o assunto das memórias, tão abundantes já.

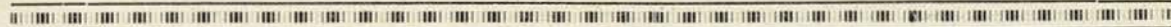
Basta que se consulte, se for necessário confirmar, as bibliografias de certas obras.

Das tentativas nacionais do Estado duas conhecemos, isoladas, sem continuidade e que

perigaram por isso mesmo de se tornarem quasi estereis. A primeira foi a missão botânica, enviada a Angola em 1855-1861 e de que foi encarregado o austriaco F. Welwitsch. Tendo constituído uma das mais importantes contribuições para o conhecimento da flora africana e os seus resultados publicados em revistas estrangeiras da especialidade, fomos quasi ameaçados da perda de tão importantes colecções, por falta de pagamentos que levaram, sem nenhum fundamento, o mesmo botânico a considerá-las como propriedade sua.

A outra tentativa é recente e foi a investigação geológica iniciada em algumas Colónias, principalmente Angola, Cabo Verde e Moçambique, com investigadores portugueses e que a falta de continuidade poderá fazer desaparecer, inutilizando muito trabalho, colecções e despesas feitas.

Nos museus nacionais nada existe organi-



«Mas sabemos que não há lutas sem sacrificados, nem vitórias sem imolações.

«Todos os esforços que se façam e todas as tentativas que se produzam para animar e dar vida à idea que nos orienta, não serão inteiramente perdidos, por mais parcos que venham a ser os resultados.

«E se de tudo quanto gastarmos em energia, boa vontade e sãs intenções, alguma coisa ficar que, para o resultado final, que outros mais felizes venham a alcançar, possa ser contribuição de qualquer natureza, teremos realizado tudo quanto esperamos ao iniciar esta publicação».

Sôbre estas palavras decorreram seis anos.

E o sexto ano da Portugal Colonial inicia-se em circunstâncias bem delicadas para a vida das colónias.

Poderíamos repetir hoje, como actuais, muitas das palavras que então escrevemos.

Mas perante as razões que ditaram as de ontem e que ditariam as de hoje a Portugal Colonial cumprirá o seu dever como até hoje o tem cumprido.

HENRIQUE GALVÃO.

zado referente às nossas Colónias. No Museu de História Natural em Lisboa, só há muito poucos dias existe o primeiro crânio de elefante de Angola e não há em Portugal um exemplar montado das espécies que somos os únicos possuidores, que se podem no entanto admirar nos grandes museus da Europa e da América.

Parece-nos ser o momento próprio, com a situação privilegiada que conquistámos na Europa, para continuarmos a mostrar a nossa capacidade colonizadora de todos os tempos, encarando este novo aspecto de ocupação.

E não julguemos que vamos tarde porque só muito recentemente outros países coloniais o têm feito.

Assim a França, no Congresso de Pesquisas Científicas Coloniais, realizando em Paris em 1932, reconhece urgente o mesmo problema, adoptando um certo número de princípios visando todos o mesmo fim: a organização por parte do Governo Central dos serviços de investigação científica colonial.

Na Bélgica é em 1930 que se cria um Instituto Real Colonial, tendo por fim organizar a propaganda colonial nos altos ensinos, emprender todos os estudos científicos referentes à colonização e assegurar a ligação dos diferentes organismos que dos mesmos se ocupam.

No decreto que criou entre nós a Junta de Educação Nacional procurou-se que a sua acção se estendesse às colónias, mas a vastidão do seu programa tem mostrado que isso lhe não foi possível.

Damos em seguida as linhas gerais para a criação de um *Instituto de Investigação Científica Colonial*: organismo permanente, com autonomia administrativa e financeira destinado a promover e assegurar a continuidade dos estudos coloniais.

Com a maior modéstia traçamos estas bases, tendo em vista a possibilidade da sua realização progressiva.

Se conseguíssemos dentro de poucos anos 4 investigadores em cada uma das secções apontadas, abrangendo num programa de trabalho geral em plena actividade, 30 funcionários ao serviço do Estado, poderíamos realizar um trabalho notável, que à Ciência e ao desenvolvimento colonial prestaria relevante serviço.

Estamos ainda pouco habituados a empreendimentos deste género e vemos já esbo-

çados movimentos de espanto (quem sabe se de indignação até?) pela probabilidade de existência de mais 30 funcionários, para investigação científica, no quadro colonial.

Mas é interessante registar, para reflexão, que só nos estudos geológicos, o campo que conhecemos de perto, a França tem 42 geólogos coloniais, a Inglaterra 30 apenas nas colónias de África sem contar a União, e o Congo Belga tem serviços especiais nas grandes empresas mineiras.

Estes dados podem servir de subsídio a quem mais competente queira realizar trabalho completo; mas é preciso que nos convençamos de que é urgente e indispensável, pela vastidão das nossas colónias, pelo muito ainda que fazer e também para que tenhamos uma base mais rigorosa para o ensino das escolas coloniais.

E não nos esqueçamos que o nosso lugar é o de terceira potência colonial do Mundo.

Organização do Instituto de Investigação Científica Colonial

Artigo 1.º É criado no Ministério das Colónias sob a presidência do Ministro, um organismo permanente e autónomo, denominado Instituto de Investigação Científica Colonial, cujos fins são:

§ 1.º Promover o conhecimento científico das Colónias Portuguezas, no campo da História Natural (Zooologia, Botânica, Geologia e Etnografia) e Social (Assistência e Vida Indígena, Degrêdo e História Colonial).

§ 2.º Organizar missões de estudo, que anualmente trabalhem nas Colónias, nas épocas próprias, e na Metrópole.

§ 3.º Promover a publicação de trabalhos realizados, quer por meio de publicação própria, quer subsidiando as publicações da especialidade onde os mesmos trabalhos possam ser aceites.

§ 4.º Promover o intercâmbio entre os meios científicos coloniais, representação em Congressos, etc.

§ 5.º Utilizar todos os meios de investigação científica da Metrópole, onde se formarão secções coloniais, cujo material mais tarde constituirá o *Museu Colonial*.

Art. 2.º O Instituto de Investigação Científica Colonial compor-se-á de:

I—Membros permanentes

Pertencendo ao Quadro Comum do Ministério das Colónias. As suas funções desempenhadas por investigadores portugueses que já tenham efectuado estudos coloniais e que às Colónias queiram dedicar exclusivamente a sua actividade.

As suas funções são remuneradas com um vencimento fixo e ajudas de custo quando em trabalhos de campo nas Colónias.

II—Colaboradores

Os investigadores científicos ou estrangeiros que exercendo simultaneamente funções de magistério nas Universidades e Escolas Superiores da Metrópole, queiram dedicar-se também à actividade colonial.

Estas funções são remuneradas, quando em serviço nas Colónias com ajudas de custo idênticas às dos Membros permanentes e na Metrópole com uma gratificação especial.

III—Pelos directores de serviços oficiais e instituições seguintes:

Secretário Geral do Ministério das Colónias.

Presidente da Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias.

Director da Escola Superior Colonial.

Director da Escola de Medicina Tropical.

Director do Museu Agrícola Colonial.

Director do Jardim Colonial.

Director do Arquivo Histórico Colonial.

Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

As funções destes membros são gratuitas.

§ único. Não existindo actualmente dentro de cada uma das secções indicadas investigadores portugueses que possam desempenhar funções de *membros permanentes*, à excepção de geólogos, o I. I. C. C. será de início formado por colaboradores escolhidos entre os nomes dos cientistas nacionais que, ou tenham já realizado trabalhos nas nossas Colónias, ou por eles manifestado interesse.

As primeiras missões organizadas deverão agregar novos cientistas, recrutados por indicação da Junta de Educação Nacional ou pelos colaboradores, que de futuro possam ingressar como membros permanentes dentro do Quadro Comum, e assim se formar um núcleo ao serviço do Estado e para ele trabalhando exclusivamente.

Art. 3.º O I. I. C. C. desempenhará as suas funções por intermédio de:

I—Uma *Assembleia Geral* formada por todos os membros e presidida pelo Ministro das Colónias.

II—Uma *Comissão Executiva* formada por colaboradores e membros permanentes, em número ainda não fixado mas não superior a 16 e sendo dois por cada secção.

III—Uma *Secretaria Geral*, com um Secretário Geral e pessoal auxiliar contratado.

Art. 4.º É confiada ao I. I. C. C. a sua própria administração.

§ único. A sua gerência financeira será ordenada por anos económicos referindo-se a estes os orçamentos e respectivas contas.

Art. 5.º O Instituto publicará todos os anos além dos trabalhos científicos que executar, um Relatório Sumário dos mesmos.

Da Assembleia Geral

Art. 6.º A Assembleia Geral será constituída por todos os membros do Instituto e presidida pelo Ministro das Colónias.

Art. 7.º À Assembleia Geral compete:

I—Nomear o Secretário Geral sob proposta da Comissão Executiva.

II—Propor a sua recondução ou substituição.

III—Examinar e votar o plano de trabalhos do Instituto proposto pela Comissão Executiva.

IV—Examinar e votar o orçamento respectivo.

Art. 8.º A Assembleia Geral reunirá duas vezes por anos, sendo convocada com antecedência e distribuídos os respectivos trabalhos, relatórios e orçamentos.

Art. 9.º A Assembleia Geral reunirá e tomará resoluções qualquer que seja o número de membros presentes.

Da Comissão Executiva

Art. 10.º A Comissão Executiva será formada de membros permanentes e colaboradores, em número igual para cada secção de estudo, em número total de 16.

§ único. De início, não existindo membros permanentes dentro de cada secção a Comissão será formada por 16 nomes escolhidos entre os investigadores nacionais ou estrangeiros, convidados para esse fim.

Art. 11.º Os colaboradores não residentes em Lisboa podem delegar a sua representação.

Art. 12.º Os membros da Comissão Executiva residentes fora de Lisboa têm direito às passagens e ajuda de custo para assistirem às reuniões.

Art. 13.º A Comissão executiva reunirá uma vez por mês.

§ único. Durante o período de trabalho das Missões de estudo nas Colónias estas reuniões poderão ser interrompidas ou funcionarem com maior intervalo.

Art. 14.º Compete à Comissão Executiva:

I—Propor a nomeação do Secretário Geral.

II—Elaborar o plano de trabalhos do Instituto para cada ano, baseado nos pareceres dos representantes de cada secção de estudo.

III—Escolher representantes aos Congressos científicos.

IV—Propor estágios e concessão de bolsas na Metrópole e estrangeiro para trabalhos especiais.

Do Secretário Geral

Art. 15.º O Secretário Geral será nomeado pelo Ministro por proposta da Assembleia Geral.

§ 1.º A sua escolha poderá recair sobre qualquer membro permanente que em comissão queira desempenhar estas funções.

§ 2.º Sendo necessário, por qualquer motivo o Secretário Geral afastar-se do exercício das suas funções, poderá ser substituído por outro membro permanente indicado pela Comissão Executiva.

Art. 16.º As funções de Secretário Geral são remuneradas com vencimento fixo.

Art. 17.º Compete ao Secretário Geral:

I—Dirigir e fiscalizar os serviços a seu cargo e o expediente do Instituto.

II—Elaborar o orçamento anual dos trabalhos do Instituto.

III—A ligação com as respectivas Colónias a-fim-de facilitar os trabalhos das missões de estudo.

IV—A ligação com os meios científicos da Metrópole a-fim-de assegurar a continuidade dos estudos (trabalhos de gabinete).

V—Dirigir a publicação dos mesmos estudos.

VI—Elaborar o Relatório Anual de trabalhos executados.

VII—Organizar uma Biblioteca privativa, estabelecer trocas e ligações com os meios científicos estrangeiros.

VIII—A aquisição de material necessário para as missões de estudo.

IX—Contratar o pessoal auxiliar para os Serviços de Secretaria.

Moçambique

POR ANTÓNIO DE FIGUEIREDO GOMES E SOUSA

Do magnífico documentário *Moçambique* a que noutro lugar fazemos referência, e no desejo de atrair quanto possível as atenções para esta obra notável do governo da Colónia, extraímos o artigo seguinte, publicado no seu n.º 3

Sobre a defesa da flora e da fauna de Moçambique

O estudo da defesa da flora e da fauna tem prendido, nos últimos anos, a atenção de muitos naturalistas. Desde 1900, ano em que se reuniu em Londres o primeiro congresso, até à actualidade, muito se tem feito nesse sentido, não só no campo da teoria como também no da prática. Várias reservas naturais foram estabelecidas por toda a África pelos países dominadores, umas completas, para a defesa integral de todos os seus seres vivos, outras simplesmente parciais, visando determinados fins económicos ou a protecção de certas espécies, animais ou vegetais. Actualmente, nos domínios que confinam com esta Colónia, existem as seguintes áreas de reservas completas: Transvaal (Kruger Park) 2.200.000 hectares; Niassalândia, 230.000; Rodésia do Norte, 1.843.000; Rodésia do Sul, 4.080.000; Tanganica, 3.931.000

e Natal, 123.000. No Congo Belga foi criado há poucos anos o Parque Nacional Alberto, com 202.500 hectares, que além das suas preciosidades biológicas, encerra também notáveis motivos de paisagem. Em Moçambique existem duas reservas parciais para defesa da caça, especialmente do elefante: Maputo, 103.500 hectares; Magude, 116.500. Ultimamente, foi criada a reserva de caça de Panda, região extremamente rica de mamíferos selvagens, onde o naturalista pode encontrar excelente campo para os seus trabalhos.

O estudo da constituição das reservas naturais ou integrais, anda estreitamente ligado ao de vários ramos da história natural, sobretudo à ecologia, ciência bastante complexa que estuda as relações entre os seres vivos e o seu *habitat*. O estudo da flora esta intimamente relacionada com o do solo, do clima e da hidrologia. O da fauna, com o da flora e da distribuição das águas. Numa reserva integral há, pois, um largo material para estudos históricos-naturais, na sua forma mais completa, visto que as partes componentes se encontram espontaneamente relacionadas.

Numa reserva completa o elemento antropológico também não deve faltar, desde que constitua um tipo regional e que da sua presença não resulte a destruição da própria reserva.

Por outro lado, a existência das reservas

- X - Ordenar os pagamentos e visar contas.
- XI - Depositar e levantar fundos.
- XII - Resolver questões de expediente.

Da publicação de trabalhos do Instituto

Art. 18.º O Instituto deverá ter uma publicação própria, compreendendo oito secções a saber: Botânica - Zoologia - Geologia - Etnografia - Assistência Indígena - Vida Indígena - História Colonial.

Art. 19.º Não sendo possível dispor de verba bastante para a publicação própria o Instituto subsidiará a publicação dos trabalhos nas revistas da especialidade, exclusivamente científicas.

§ único. Será porém obrigatório o Instituto mandar

tirar um certo número de separatas de cada trabalho, com formato constante, de modo a poderem anualmente a constituir juntas a publicação desejada.

Art. 20.º O Instituto publicará um Relatório Anual, com um resumo feito pelos próprios autores dos trabalhos científicos terminados, escritos em várias línguas (francês, inglês, alemão).

Art. 21.º O Instituto trocará as suas publicações com os serviços congêneres, podendo vender o restante dos seus exemplares.

§ único. A venda resultante será receita do Instituto.
Art. 22.º O Instituto poderá reprimir os trabalhos científicos já publicados sobre Colónias, de reconhecido interesse e valor, e que se achem dispersos à data da sua criação.

naturais também anda aliada à indústria do turismo—umas vezes pelas suas raridades ou curiosidades biológicas, que aos espíritos cultos agrada observar de perto no seu meio próprio, como sucede, por exemplo, com as reservas de caça; outras vezes pela sua paisagem, quando se trata de regiões montanhosas, quedas de água, lagos, precipícios diversos, etc. . . . De modo que nem só ao naturalista a reserva natural oferece objectivos de trabalho; também ao artista, nas suas múltiplas expressões, apresenta uma infinidade de motivos. Se os nossos pintores, por exemplo, deixassem por alguns anos a terra metropolitana e viessem até à África reproduzir nas suas telas tantos trechos da paisagem, da vida indígena, da flora, da fauna—como seria extraordinariamente rica a Arte portuguesa! De aqui a cem anos, a duzentos, quando a civilização tiver nivelado tudo na mesma utilidade prosaica, as reservas naturais hão de constituir o refúgio dos artistas, dos pensadores, dos desiludidos! Será essa a função social das reservas, não menos importante do que a função biológica que hoje desempenham.

Perante o caminhar da civilização, em face do progresso das indústrias, do arroteamento de terrenos para culturas, do aumento da população, da eficácia dos instrumentos agrícolas, a vida natural vai perdendo dia a dia o seu âmbito, e acabará por desaparecer, se não na sua totalidade, pelo menos em muitos dos seus aspectos. Quem sabe, então, que papel de regeneração estará destinado às reservas naturais?

Deixemos, porém, esses tempos vindouros, e analisemos a época presente, estudando a forma de proteger o melhor possível a flora e a fauna espontâneas.

Desde que a África foi invadida pelos homens da raça branca, a flora, a fauna e a população passaram a sofrer uma devastação cada vez maior, aliada a uma transformação cada vez mais profunda. A riqueza tão apregoada das florestas tropicais, que durante séculos foram consideradas como fontes inesgotáveis de preciosas madeiras; a exploração do cafeeiro espontâneo nessas mesmas florestas, pôsto a descoberto, com sacrifício das árvores protectoras, a fim de produzir mais frutos; a derruba de extensos povoamentos para alargar as áreas de cultura do café, do cacau e outras plantas de produção rica; o consumo de madeiras e lenha, os fogos gentílicos, as caçadas constantes praticadas tanto pelos in-

dígenas como pelos europeus, sem método e sem consciência; a escravatura em tempos mais distantes e tantos outros motivos, deram origem a uma larga destruição da vida natural africana, que em muitos pontos ficou radicalmente transformada.

Em tudo isto imperou um feroz egoísmo, aliado a uma crassa ignorância. Hoje, os tempos vão um pouco diferentes; as atenções dos homens de ciência têm-se voltado para o continente africano, estudando-o sob os seus aspectos, e a África já não é a terra selvagem de há meio século. Contudo, necessário se torna ainda que os governos dos diversos domínios coloniais protejam com energia o que resta das suas riquezas naturais, pois até aqui, na sua maior parte, têm assistido de braços cruzados a todo esse ruir.

Portugal possui nos seus domínios africanos, elementos, dos mais importantes, da flora, da fauna e da antropologia primitivas. À medida que a colonização se intensifica, esses elementos vão-se aniquilando, transformando, e acabarão por desaparecer de todo se não forem devidamente resguardados.

Moçambique, como de resto toda a África Oriental, tanto dentre trópicos como extratropicos, não possui certos tipos de vegetação da África Ocidental. A floresta tropical de tipo hígrófito é aqui desconhecida ou, pelo menos, não tem similar, salvo numa ou noutra galeria florestal de maiores dimensões; o domínio vegetal do Calaari também não está aqui representado. Contudo, a Colónia possui muitas regiões dignas de ser reservadas.

Nos seus traços gerais, a fito-geografia de Moçambique é pouco variada. Quasi toda incluída no *domínio das florestas e estepes*, de Engler, tem apenas ao sul, ao longo dos montes Libombos, uma estreita faixa que participa do *domínio vegetal do Cabo*, pelo aparecimento de algumas espécies típicas. É nada mais.

Mas, dentro das *facies* geral da sua flora há numerosas modalidades de vegetação dignas de estudo, e, em conjunção com o relêvo do terreno, dignas também de ser admiradas como motivos de paisagem.

Não é este o lugar próprio para tratar da fito-geografia de Moçambique, cuja descrição seria longa de mais, mesmo nas suas linhas gerais, se bem que esse estudo ande intimamente ligado à constituição das reservas naturais. Apenas pretendo dizer quais são as re-

gões típicas onde se torna necessário criar com urgência reservas naturais.

Moçambique possui uma extensa superfície de regiões de pequena altitude, até 300 metros aproximadamente. Para o sul do rio Save as grandes planícies não ascendem a tão elevada altitude, são mais extensas do que ao norte do Zambeze e têm muitos pântanos e lagoas. Nessas planícies existem numerosas espécies zoológicas, especialmente cervídeos e bovídeos. Nos pântanos e lagos, além do jacaré e do hipopótamo, há certas aves interessantes como o marabu, o lucano, o grou, etc. As formações arbóreas desta zona são em geral de grande porte, perfeitamente localizadas, pelo que se torna muito conveniente delimitá-las e reservá-las.

Na região do Maputo, na zona habitada pelos elefantes, existe uma reserva parcial que bem podia ser total ou completa.

Nos montes Libombos também é de necessidade a criação de uma reserva natural, dado que é a única parte de Moçambique, como disse, que tem uma flora semelhante à da África Austral. No distrito de Cabo Delgado, especialmente na orla do planalto dos Macondes, também há florestas extensas, de grande porte, com preciosas madeiras—ébanos e mognos. No território do Niassa abundam os sítios onde podiam ser constituídas reservas naturais, como por exemplo na serra Ci-ni-angombe, que margina o Lago Niassa, na serra Ajáua, nas terras de Maúa, pois em tôdas a variedade zoológica se casa com a diversidade de aspectos florísticos, embora estes estejam integrados no tipo comum de vegetação que povoa todo o território.

Os grandes maciços montanhosos desta Colónia possuem também tipos de vegetação característicos, dignos de ser conservados. Não há aqui, é certo, as diferenças de vegetação, correspondentes às grandes altitudes. Apenas temos nas altitudes elevadas do monte Milange uma conífera espontânea, assinalada tanto na parte inglesa como na portuguesa, segundo exemplares que há pouco tempo recebi—*Widringtonia Whytel* ou cedro de Milange—que com o avanço da cultura e a ignorância dos nossos habitantes a respeito destes assuntos, está condenada a desaparecer. É provável que nos montes Namúli, cuja altitude é mais elevada do que a do monte Milange, também exista essa conífera e ainda outras próprias das grandes altitudes africanas, como *Juniperus procera* e *Podocarpus sps.* E os montes de

Gorongosa, Chimanimani e Espungabera, no território de *Manica e Sofala*, não encerrarão também novidades botânicas, zoológicas?...

O estudo das reservas naturais é um trabalho difícil de realizar. Necessita da competência de vários naturalistas—botânicos, zoólogos e geólogos—e até de artistas paisagistas, que depois de percorrerem a Colónia dum extremo à outra, e estudarem a distribuição da flora, da fauna e das raças indígenas, poderão designar as regiões típicas, os padrões histórico-naturais, as regiões mais formosas que hão de constituir as reservas.

Muitos animais há que só podem ser admirados os estudados em recintos vedados, em jardins zoológicos, como por exemplo os reptéis, as aves e os peixes. E como eles muitas plantas, especialmente aquelas cujo *habitat* só é acessível a raros estudiosos. Esse inconveniente é suprido pelos jardins botânicos que devem quanto possível estar aliados aos jardins zoológicos.

A fauna de Moçambique é ainda muito pouco conhecida, quer no que respeita à sistemática, quer no que respeita à ecologia. E no entanto é das mais ricas da África em tôdas as ordens.

Conferências de Alta Cultura Colonial

Com grande êxito inauguraram-se na Academia das Ciências de Lisboa as conferências de Altos Estudos Coloniais, pronunciando a conferência inaugural o sr. dr. Agostinho de Campos.

Por falta de tempo só no próximo número nos referiremos a esta iniciativa do sr. Ministro das Colónias e à formidável conferência—pois assim se pode classificar—do sr. dr. Agostinho de Campos sobre «A tradição colonial e a Política do Império».

Chá Li-Cungo

Qualidade Extra-fino

Companhia da Zambézia

PORTUGAL COLONIAL

HISTÓRIA SEM FIM

EM CAMPANHA E A 45°

Certo dia, há poucas semanas, fomos procurados por um indivíduo modesto, daqueles em cujos exteriores se reconhecem imediatamente as privações e as dificuldades, que me vinha mostrar os originais de alguns episódios a que assistiu em África como combatente. Soube então que, tendo sido deportado com 17 anos de idade (!) para Angola por motivo duma falta militar que os seus verdes anos justificavam e que decerto não merecia tamanho castigo, tomara parte em várias operações militares da ocupação. A vida que depois arrastou foi a mais amarga, a mais miserável que pode imaginar-se. Vinha trazer-me o seu original na esperança duma remuneração. Dias depois, estranhando que o homem não tivesse reaparecido, alguém me informou: Morreu!

Esta é a história simples. O original é o que se segue:

A CAMPAMENTO de tropa de África em plena floresta.

Vegetação frondosa por todos os lados. Água também havia graças a Deus e bem boa.

A coluna estava formada em quadrado, como de costume na previsão de um ataque.

Os sapadores, levados das prisões de S. Miguel para êsse fim, andavam numa grande azáfama a cortar mato, abrir caminhos para a colocação de vedetas.

Nós, os da tropa, descansávamos. A marcha tinha sido violenta e o inimigo não deixou de nos epingardear todo o santo dia, causando-nos algumas baixas.

O sol estava quasi no ocaso.

A-pesar-da fadiga, conversava-se animadamente no meu grupo. Uns lamentavam a morte, durante a marcha, do corneteiro europeu, Teodomiro, outros arrogavam-se proezas exageradas diminuindo as dos camaradas.

Alguém chegou até a dizer que o que tinha feito merecia bem a medalha do Valor Militar!

Risos e dichotes acolheram a basófia do camarada.

Súbito aproxima-se de nós o «Vida Alegre». Quem era o «Vida Alegre»?

Criado pelas tabernas e pelos lugares onde se reunia a escória a contas muitas vezes com a polícia (mas nanja por roubar) passava a vida despreocupada dum boémio.

Nos tarados encontram-se às vezes uns laivos de honestidade e até de abnegação.

«Coitadinho; queres uma medalha? Está descansado que eu vou propor para que sejas condecorado com o cordão de caganitas de cabras. A medalha para êle, o A. Escola empresta-te...»

Fôra o «Vida Alegre» que, sempre espirituoso, mesmo nos momentos mais críticos, chegara no momento oportuno, para largar uma das suas.

O «Vida Alegre» herói desconhecido que dorme o último sono 28 anos à sombra dos imbondeiros e herói dêste conto real, tinha uma biografia interessante. Aí vai conforme a poude obter.

— Filho de «país incólitos», como êle próprio dizia, era um filho da rua, um pária.

Cabelo ruivo e barba semeada em dia de vento, rosto redondo, eivado de sardas, feio enfim, tinha o condão de fazer rir o mais sí-sudo só com o esgar produzido pelos lábios ao principiar a falar (quando êle queria, é claro).

Do cais de Alcântara às alfurjas do Bairro Alto e de Alfama todos os conheciam.

Chegou aos 20 anos. Teve de servir a Nação. Apuraram-no para a Marinha de Guerra.

«Vida Alegre» ficou triste. Antes queria ser magala em qualquer regimento dos mais próximos dos lugares da sua predilecção. Porém «Vida Alegre» teve de seguir o seu destino.

A princípio tornou-se taciturno, não fazia rir ninguém, e só queria que o deixassem só com as suas máguas e a sua paixão.

Pronto da instrução de recrutas e já transformado em 2.º grumete, foi colocado, a bordo do cruzador «D. Amélia». Para cúmulo da fatalidade o navio tinha recebido ordem para ir fazer parte da Divisão Naval de Angola.

ANGOLA



Dois belos
exemplares

«Vida Alegre» recebeu a notícia e ficou sem pinga de sangue.

Foi para a amurada do navio para de lá contemplar os lugares queridos da sua boémia interrompida. Que havia de fazer? Podia lá ser estar alguns anos separado dos seus amigos a que, a trôco de um copo de vinho, fazia rir perdidamente! E mesmo êle, a-pesar-de feio tinha também a sua namorada que segundo a sua *insuspeita* opinião, era a flor de Alfama...

Foi preciso uma ordem sêca de serviço para o fazer retirar das suas cogitações.

De noite, porém, é que foram elas! Pensou, tornou a pensar e pensava ainda quando o toque da alvorada vibrou, por sôbre as águas do Tejo.

Pensava ainda mas o seu projecto estava formado e **não iria!**

Não deu a conhecer nem ao mais amigo dos seus camaradas, os seus tristes projectos. Sentia-se até alegre por ir ficar livre daquele polvo gigante que o prendia com os seus tentáculos.

Tinha pedido licença para ir a terra e não voltara. Cumprira a sua promessa o desgraçado...

Passados dias foi considerado desertor e ordenada a sua captura, que seria fácil por se saber onde parava.

Muitos dos seus camaradas que tinham o dever de o prender e superiores até, ao avistá-lo fechavam os olhos com pena.

Dois meses depois numa taberna de Alfama, onde o desertor se encontrava, ferveu o sopapo.

Interveio a polícia que levou sob prisão todos os discolos incluindo o pobre «Vida Alegre». Conduzido à esquadra, um dos guardas declarou ao chefe, conhecer o nosso herói como grumete da Armada.

Resultado: uma escolta que o conduz ao quartel e outra que mais tarde o conduzem ao tribunal do Conselho de Guerra e a bordo do navio que o havia de levar para Luanda condenado a quatro anos de deportação militar e passagem ao Exército.

Cumpriram-se os fados. Sempre tinha de ir à África.

E lá ficou Alfama com a sua «flor», os seus amigos e os quatro em dois...

Em Luanda encontrou entre os seus camaradas do Batalhão Disciplinar, alguns amigos de outrora que o fizeram espáirecer. «Tristezas não pagam dívidas» diziam-lhe muitas vezes à guisa de lenitivo. Mesmo o mal não tinha remédio. O grande salto sôbre o Atlântico estava dado.

Pouco a pouco foi-lhe voltando a alegria e, com ela, o espírito. Além disso de vez em quando sempre se encontrava uma garrafinha do precioso licor...

Um dia foi preciso organizar uma coluna de operações destinada a castigar diversas tribus que, a pouca distância de Luanda, se encontravam em verdadeiro estado de rebeldia.

Dembos se chamava a região e o inimigo além de aguerrido e numeroso dispunha de regular armamento fornecido pelos desertores móveis que ali procuravam refúgio e que ao

CONSCIÊNCIA IMPERIAL

POR ALVES DE AZEVEDO

Diplomado com o Curso Superior Colonial

CRIADORES em cinco séculos de história de uma concepção de Império verdadeiramente *sui-generis* parece-nos pretensão vã estabelecer doutrina nova em assunto radicado de há muito no espírito da nação. A consciência imperial resulta de um exacto conhecimento por parte do português metropolitano das possibilidades do ultramar, da coordenação das investigações científicas, do aperfeiçoamento das condições da produção e finalmente do estabelecimento de uma economia racional, de tal sorte que se torne de futuro impossível separar o Portugal europeu do Portugal africano.

Integrados na época vivemos horas de reconstrução espiritual.

Negá-lo é desconhecer a evidência e marcar uma censurável incompreensão.

A noção de Império definitivamente incorporado na entidade nacional firma assim finalmente o selo da nossa iniciativa.



Melhor de que qualquer demonstração complicada necessariamente obscura um facto importa pôr em relêvo em vista de provar a todos os espíritos snobs ou incrédulos o valor e a saudável energia do nosso renascimento em tudo que diz respeito à cousa colonial.

Singular manifestação espontânea de um imperativo que começa a impôr-se a todos os portugueses a crença firme nas suas possibili-

mesmo tempo os instruíam, ainda que rudimentarmente, na arte da guerra.

Aproveitaram os deportados e entre elles o «Vida Alegre».

Eis, pois, a sua biografia e os motivos porque àquela hora se encontrava em pleno interior a divertir com as suas facécias os camaradas mais esmorecidos.

dades desperta no sub-consciente adormecido da nação a latitude moral e material do Império a sua progressiva evolução, o seu todo homogéneo que nem a perigosa circunstância de se encontrar em quatro partidas do mundo logrou desunir ou fragmentar.



A colonização portuguesa nunca se preocupou com benefícios imediatos. Foi sempre um empreendimento de largo fôlego. Semelhante critério verdadeiramente imperial no sentido romano da palavra, exige tempo; e exige harmonia entre os meios da acção e os recursos nem sempre fáceis de *inventar*—quer quanto à mão de obra, quer quanto às condições naturais factores de que dependem todos os triunfos em todos os aspectos da actividade humana.

Dizemos isto para aqueles a quem assusta a expressão Império, e também para apressados julgadores do nosso esforço, que não fazem ideia clara do que é trabalhar sob os trópicos.

Porque nos parece com efeito indispensável esclarecer certas noções que julgamos dignas de serem ponderadas por todos os espíritos de boa vontade que se a tiverem realmente só por este facto se poderão transformar em excelentes obreiros do Império.

Assim, afigura-se-nos urgente que todos os portugueses patriotas e de bom senso ponham a sua fé e a sua inteligência ao serviço da causa mais nobre que pode animar hoje um espírito lusitano: a causa do Império Colonial Português.

Que, em verdade, a única fisionomia do Portugal contemporâneo é aquela que da acção ultramarina lhe vier.



Agora que a Metrópole graças a uma propaganda eficiente, parece começar a interessar-se pelas Colónias, chegou a hora de acor-

dar uma consciência nacional aberta à concepção mais vasta de um Portugal maior capaz de exaltar e chamar a acção essa

Gente ousada mais que quantas.

Consideramos absolutamente necessário criar um espírito imperial apto a fazer cessar de vez esse desinteresse criminoso pelo ultramar que até à pouco se verificava. Porque o Império foi, infelizmente, durante muitos anos mesmo para aqueles que ainda assim tinham um vislumbre da sua existência, uma vaga quintarola que tínhamos em África para onde se mandavam os degredados ou para onde iam os parentes cujos desvários insanáveis não tinham remédio na Mãe-Pátria ou no Brasil.

Esta é a razão por que se nos afigura urgente que o público português se compenetre das realidades do Império, as sinta e as exalte.



Conta João de Barros nas «Decadas» que o empreendimento do Infante a que devemos tudo quanto somos, foi à speramente combatido na Côrte. E entretanto salvamo-nos da absorção castelhana graças à expansão *ultramarina* e ao sentido imperial que dela nasceu.

Hoje como então é indispensável radicar no espírito das camadas cultas ainda mal afeitas a uma mentalidade imperial: a tradição colonial da grey lusíada, a vocação missionária

em Portugal, os aspectos dominantes duma política indígena, verdadeiramente inigualável, a contribuição portuguesa para o conhecimento da geografia, de arte, da história natural, fauna e da flora do ultramar, tanto como a admirável política sanitária que temos seguido em tôdas as latitudes do Império, e especialmente as influências que esta noção de Império, vivificadora de energias, tem exercido na economia, nas letras, nas artes e na Universidade.

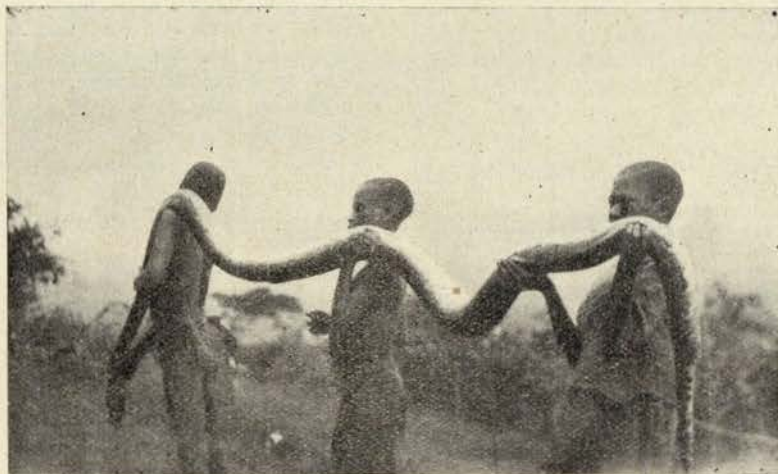
O ideal português de Império é uma ideia força que rebustece um são proselitismo nacionalista. Porque é preciso proclamar bem alto na hora grave que o mundo atravessa que Império Colonial Português é uma realidade tão próxima e tão importante como o próprio Portugal metropolitano, e, que nessa conformidade o devemos considerar como mereço.

É fundamental que o escol da sociedade portuguesa compreenda e sinta as realidades imperiais para que dela possa tomar consciência tanto quanto em sua responsabilidade lhe couber.

O intelectual português que até agora tem vivido um tanto alheado do problema colonial, deverá compenetrar-se dêle, de tal modo que nenhum possa mais desinteressar-se da vida espiritual e económica do Império.

Só desta maneira Portugal unido como um só homem poderá enfrentar o futuro com serenidade e confiança.

ANGOLA



Uma giboia



Página literária

HINO À ÁFRICA POR BERTA LEITE FEVEREIRO DE 1936

Louvada sejas pelo mundo de ilusões
que deste aos portugueses doutras eras
Louvada pela Glória dos Padrões
que a própria selva acolhe e vencem feras.

Louvada sejas África, louvada
e exaltada
pelos teus filhos maus e pelos bons
Louvada pelos horrores e pelos fulgores
da chama que em ti arde e, pelos tons
da Paisagem serena, majestosa
feérica montanhosa
repousada e inquietante
Louvada outrora pelo Infante.

Líndas miragens de estrêlas
Por sôbre as águas do mar
Abriam às Caravelas
passagem... para o altar
onde após as guiar
quis Cristo Nosso Senhor
a todo o mundo mostrar,
Portugal Descobridor.

Louvados sejam temerosos mares
que por ti sulcámos
a chorar

Louvadas as asas que nos ares
Hoje a sorrir galgamos
P'ra te alcançar
Louvada pelos bosques tão floridos
e pelos negros homens já rendidos
à Divina Luz
da Cruz
de Jesus.

Louvada ainda pelo imenso Amor
dos filhos adoptivos que criaste
no mágico silêncio embalador
de oasis redentor
da civilização extenuante
Louvada sejas tu ó Pátria errante
Tesouro encantado
para o Senhor revelar
a quem o procurar
condignamente
em labor abençoado.

Louvada ó Terra abundante
pela Esperança que não mente,
Eterna Redenção
de geração em geração...

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN-GEIRA T R A N S

na União Colonial, sobre os funerais do Marechal Lyautey, o comandante N. Laude esboçou a doutrina colonial do Marechal, baseando-se nas suas notas e confidências. Publicámos a seguir uma passagem admirável desta conferência que impressionou a imaginação e o coração dos numerosos coloniais que a ouviram.

Política de conquista

- Manifestar a força para evitar o seu emprêgo.
 - Gastar o adversário, incomodá-lo, preocupá-lo, evitar os golpes teatrais.
 - Se fôr preciso, utilizar a força e tomar uma posição de assalto; fazê-lo com a ideia de criar um mercado no dia seguinte à ocupação.
- Assim, a posição é mais sólidamente ocupada.

Política de ocupação — Política de Mandarin.

a) Deve-se administrar com a autoridade indígena existente. Por consequência, política de administração indirecta. Se quem representa a autoridade é "um fantoche", agir com diplomacia e rapidamente, para obter a sua abdicção quanto possível voluntária. Substituí-lo procurando obter o concurso de agrupamentos e das autoridades indígenas.

Política da «chávena de chá»

b) Manter sempre a maior reserva na manifestação da força, mostrando-se magnânimo para o vencido de ontem. Fazer dêle um aliado para o dia de amanhã e agir de forma que o vencido se sinta obrigado ao vencedor ao qual deverá a sua vida, a sua autoridade, ou o seu prestígio.

Depois da conquista e da ocupação prática, a política da "nodoa de azeite": Dois polos de atracção: o médico e o comerciante. O médico, encontra-se no pósto da vanguarda. Alguns indígenas fazem correr boatos que toda a gente, até os rebeldes acolhem e cultivam cuidadosamente. Os rebeldes depõem as suas armas no vestibulo,

um pouco antes da formação sanitária, e depois de tratado, volta livremente. As mulheres e os filhos dos indígenas, são acarinhados: o polo de atracção mostrou-se sempre efficientíssimo para obter a pacificação ou o pedido do Aman.

O *comerciante* segue a guarda avançada ou a primeira tropa de ocupação. Instruções: Vender as mercadorias que se sabem procuradas pelo indígena, o mais barato possível, acrescentando se assim fôr preciso alguns presentes; comprar ao inimigo de ontem o que oferece por alto preço, fechar os olhos até, e deixar-se explorar. O inimigo que enriquece torna-se um partidário fervente e incita os descontentes a submeterem-se sob a tentação do lucro.

Denominador comum entre o ocupante e o inimigo de ontem: O oficial de informações deve procurar sempre formar o traço de união

a) Depois da ocupação, velar para que a justiça seja feita normalmente, mantendo quanto possível os costumes, leis, e jurisdições existentes. As reformas a operar, devem ser feitas em obediência aos seguintes princípios; protecção aquelles que estejam sujeitos a acção da justiça; justiça feita rapidamente, e, sobre tudo sempre pronta a completa execução dos julgamentos e a imparcialidade dos juizes.

b) Velar para que a população não pague impostos exagerados, nem suplementos adicionais, em proveito daqueles que estão encarregados, de cobrar os impostos. "Os fiscaes, (que entre nós corresponde a administrador) civis ou officiais, de informações, serão especialmente encarregados de o vigiar.

c) Organização dum serviço médico fixo e móvel, gozando duma grande liberdade de acção, com o mínimo de papelada. O chefe é responsável e deve agir praticamente, demittindo-se se fôr reconhecido incompetente. Os médicos cuidarão os doentes em vez de atafulhar os arquivos com papeis.

d) *Officiaes, soldados, e funcionários.* Devem ajudar o commerciante, o colono, e animar todas as iniciativas individuais. Não se deve interpretar os regulamentos com o desejo de se encontrarem obstáculos, mas sim, para dar o impulso necessário a activar o desenvolvimento do commercio e da indústria. Demonstrar a maior consideração pelas Câmaras de comércio e corporativas e ajudá-las.

(Conclue na página 19).

C O L O N I A L

CREVE-SE IMPRENSA PORTUGUESA

A O constituir-se a Câmara Corporativa, quis o Estado Novo que o trabalho, fonte de toda a riqueza, tivesse, também, ali, os seus representantes, para que todos os que exercem profissões livres, artes ou officios, desde aqueles que ocupam os mais altos postos na vida social, até aos trabalhadores mais humildes, possam fazer ouvir a sua voz, certos de que o Estado Corporativo escutará as suas justas reclamações e atenderá as suas legítimas reivindicações, formuladas de acôrdo com os supremos interesses da Nação.

A doutrina e o ideal dos homens do Estado Novo, aparecem assim nimbados de justiça e verdade, atraindo a si os trabalhadores portugueses com o entreabrir de uma vida nova, que promete satisfazer as suas generosas aspirações, dando-lhes mais pão e mais luz, trabalho, paz e justiça.

O proletariado, reconhecendo estes sentimentos de humanidade nos governantes, soube esperar confiadamente pela hora em que viu realizado o que no princípio parecia a todos uma utopia, um sonho irrealizável, a prece tantas vezes dirigida ao capitalismo — oito horas de trabalho por dia para todas as profissões e para todas as classes—.

Sucumbiram muitos soldados deste exército do trabalho, antes que fôsse atendida esta justa pretensão, mas assentando ela numa inabalável base humana, e traduzindo uma necessidade da civilização, não podia deixar de triunfar.

A concessão desta regalia, representando, sem dúvida, muitíssimo para os que trabalham, era somente um pouco do muito que lhes faltava para atenderem às misérias cruciantes em que se debatiam.

Sentem, todavia, que a dignidade preside aos actos da vida nacional, e confiando nas palavras honestas dos que governam, continuam os trabalhadores portugueses esperando que os poderes públicos satisfaçam as suas aspirações, na medida do possível.

O tempo vai rodando, e a pouco e pouco é pósto em prática o programa traçado com a realização do que fôra prometido, concedendo ao operariado outras regalias não menos importantes. Multiplica-se a assistência que era insuficiente e a instrução que era pouco acessível; criam-se instituições de previdência; constroem-se bairros económicos em diversas cidades do país, libertando assim grande parte da população de habitar em tugúrios infectos,

sem ar e sem luz, e numa contínua promiscuidade; criam-se organismos destinados aos desportos, à cultura física e ao aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores, assegurando-lhes a elevação do seu nível intelectual e moral, etc.

Satisfeitas, na medida do possível, aquelas aspirações, cuja falta constituía o quadro negro de uma sociedade desorganizada, que desorientava os trabalhadores e os lançava em temerárias loucuras, desapareceu nêles o espírito revolucionário, a tendência para aventuras funestas e conflitos sangrentos.

Orientados de modo diferente os trabalhadores portugueses, à semelhança do operariado de outras nações de civilização adiantada, abandonou a pouco e pouco o caminho das greves, dos atentados e da sarrafusca, porque fracassavam sempre os que conquistavam pela violência e como perdurável ficava unicamente a miséria que os escravizava ainda mais.

Os trabalhadores e o Estado Novo

Transcrito do Boletim da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Luanda

Foram reconhecendo que só atitudes pacíficas ordeiras podem suavizar a sua condição nobilíssima, que só pela ordem e pela disciplina podem reivindicar regalias, que a violência a nada útil os pode conduzir.

Quem este ano assistisse, em Portugal, à comemoração do 1.º dia de Maio, tanto em Lisboa, como nas províncias, veria como vai longe o tempo em que, neste dia, o proletariado arrastado pela doutrina baloia de certos "meneurs", vinha para a rua gritar e protestar, pensando que, com manifestações ruidosas, seria fácil obter regalias que melhorassem a sua condição.

O dia 1.º de Maio que, noutros tempos, era esperado para incitar ódios, surgiu este ano como um dia de paz, unindo no mesmo pensamento, o movimento, de solidariedade, patrões, empregados e operários.

As festas realizadas por essa ocasião, constituíram uma verdadeira apoteose ao trabalho, que vai encaminhando a Nação para destinos mais gloriosos.

A exaltação do trabalho através de manifestações brilhantes, de cortejos imponentes, que percorreram as ruas de Lisboa, Guimarães e doutros importantes centros do país, constituiu a maior homenagem prestada até hoje ao maior factor da riqueza nacional—o trabalhador.

(Conclue na página 19)

CARTA DA GUINÉ

POR ARMANDO LANDERSET SIMÕES

“... Os Balantas gostam de negociar, desejando sempre progredir e sendo valentes e bons guerreiros têm tódas as qualidades para conseguir as suas aspirações. Navegam transportando os seus produtos e alguns dedicam-se à carga e descarga dos navios.....”

“HISTÓRIA DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS..”

Rocha Martins.

DIZ Rocha Martins, sôbre as raças da Guiné avassaladas que os Balantas desejam progredir, diz mais ainda, que têm tódas as qualidades para conseguir os seus fins, que navegam transportando os seus produtos e para final diz-nos que alguns se dedicam à carga e descarga de navios.

Onde colheria Rocha Martins tais dados? Em livros? Por indidações?

Em qualquer das fontes mencionadas Rocha Martins na sua História das Colónias Portuguesas, confirmando uma informação não verdadeira, falseou a verdade sôbre os usos e costumes da tribo Balanta.

Sôbre colónias, sôbre os usos e costumes das tribus que a povoam, não se deve dar ouvidos a todos quantos nos informam. De «visu» nos devemos informar, «in loco» devemos estudar os seus usos e costumes, para que uma obra como a de Rocha Martins, não seja considerada sômente uma obra de interesse mercantil.

Outros dados errados ou trocados existem na obra, mas por hoje, vai êste pequeno esclarecimento.



—Anos atrás o Balanta não emigrava, tinha o culto pela sua terra, nela nascia, nela morria sem visitar a tabanca próxima. Defendeu a sua terra com sacrifício da própria vida e só com dificuldade admitiu a soberania do branco.

Ainda hoje, êles olham e acatam com

pouca simpatia a idea da civilização europeia. Desconfiados, raramente andam vestidos,—sômente ao apresentarem-se às autoridades—, nas estradas, vemo-los com um búzio ou uma lata de sardinhas tapando as suas vergonhas. Hoje pacíficos acatam as ordens da autoridade. Os terrenos da sua região enfraqueceram, a população aumentou, e êles, tiveram de procurar melhores terrenos, deslocando-se e fixando-se noutras regiões; mas, aqui deixaram a sua palhota, a sua bolenha e o seu Iram—Deus—.

Raramente navegam, e se o fazem, é sômente para atravessar rios e nunca para uma viagem longa. O Manjaco, êsse sim, é navegador por excelência.

Não se emprega nem na carga nem na descarga dos navios; o indígena da tribo Papel, êsses sim.

Tem o indígena da tribo Balanta uma vocação irresistível para o roubo, só o deixará de fazer, diz êle, quando o branco deixar de escrever.

Eis em linhas gerais, os principais usos e costumes dos indígenas da tribo Balanta.

GUINÉ, Fevereiro de 1936.

— . . . o . . . —

TERRAS DE PORTUGAL

Iniciaremos no próximo número uma nova secção: «Terras de Portugal».

Destinando-se a nossa revista especialmente a uma população de colonos e de funcionários coloniais, julgamos interessante levar ao seu saudosismo lusíada, as notas vivas que António Montez tem colhido e divulgado sôbre as terras mais interessantes de Portugal.

Até pela forma nova e aliciante como o assunto é tratado estamos convencidos de que prestamos um serviço, embora sentimental, aos nossos leitores de Além-Mar.

O Congo Belga em 1935

Conforme o relatório anual da Sociedade Geral

A situação na Colónia

O melhoramento da situação económica do Congo, que principiou em 1934, acentuou-se em 1935.

As causas do melhoramento da situação económica

As causas desse progresso são fáceis de prever:

A alta do preço em ouro da maior parte das matérias, de que o Congo é produtor;

A desvalorização, aumentou o produto da conversão desse preço em francos;

A alta de preços, arrastou um aumento de produção;

A política governamental, em matéria de tarifas de transporte, teve uma acção bemfazeja.

Melhoramentos nos preços de venda

As altas nos preços de venda, aparecem na tabela seguinte:

		Colaões em fr. belgas	
		Fim 1934	Fim 1935
Cobre eletro.....	T. £.	5.338.50	5.780.10
Ouro.....	Oz. sh.	741.30	1.052.85
Estanho.....	T. £.	24.026.75	31.918.50
Diam. de joail.....	Carat £.	139.32	201.20
Prata.....	Oz. d.	11.65	14.79
Algodão.....	lb. d.	3.01	3.79
Oleo de palma.....	T. £.	1.656.10	3.072.95
Amêndoa palmista..	T. £.	680.—	1.400.—
Café.....	Kg. £.	5.50	5.70
Copal.....	T. £.	1.400.—	2.400.—

		Colaões em £	
		Fim 1934	Fim 1935
Cobre eletro.....	T. £.	31.15.0	39.10.0
Ouro.....	Oz. sh.	141.0	141.0
Estanho.....	T. £.	228.10.0	218.2.6
Diam. de joail.....	Carat £.	1.6.6	1.7.6
Prata.....	Oz. d.	26.9/16	24.4/16
Algodão.....	lb. d.	6.87	6.21
Oleo de palma.....	T. £.	15.15.0	21.0.0
Amêndoa palmista..	T. £.	6.9.4	9.11.4
Café.....	Kg. £.	0.1.1	0.0.9
Copal.....	T. £.	13.6.3	16.8.0

Volume do transporte

O aumento do volume dos transportes pode ser considerado como um indício de aumento de prosperidade.

As estatísticas das exportações seguem uma curva ascendente. Calculando as cifras nestes dois últimos meses de exercício, pode-se calcular que as exportações atingirão em 1935, perto de 400.000 toneladas, ultrapassando a roda de 60.000 toneladas, tonelagem máxima de 340.000 toneladas observadas em 1930. Em 1934, 356.000 toneladas, foram exportadas; em 1933, 269.000 toneladas. Esta progressão justifica a satisfação e as esperanças.

O peso das importações do Congo, não representa senão as duas quintas partes da tonelagem de exportação. Desde há alguns meses, o volume das mercadorias dirigidas a Colónia, tende a levantar-se e é provável que esse movimento se acentue.

O valor mercantil dos produtos exportados em 1935, está avaliado em mais de dois biliões de francos, importância que será certamente ultrapassada em 1936.

Industria mineira

A indústria mineira encontra-se numa situação próspera.

Cobre

A União Mineira, produz em 1935, 108.000 toneladas de cobre. Executando as decisões tomadas na Conferência de New-York, a produção foi reduzida a partir do dia 1 de Maio.

Esta limitação convencional, foi compensada por uma alta de preços. As produções acessórias da União Mineira: ouro, prata, estanho, radio, cobalto, platina, paladium, estão em progressão. A da prata atingiu a cifra de 120.000 quilos.

O tantaló (colombio) chegará em breve a acrescentar-se na lista dos minerais exportados do Congo.

Ouro

A produção do ouro continua desenvolvendo-se em 1935, andarà perto dos 13.000 quilos. O número de locais de explorações aumenta. Os prospectos (prospections) trouxeram a descoberta de novos jazigos que reforçam as reservas.

Até agora, a exploração dos jazigos de filões, tem sido menos importante do que a dos jazigos de aluviões.

Os novos engenheiros, conseguiram, pelo melhoramento da técnica e por uma política de estrita economia, obter um preço de custo que pode favoravelmente comparar-se com os das minas estrangeiras.

Estanho

Os produtos congolezes aderiram em 1934, ao Cartel do Estanho, e obtiveram desse Chefe, imporem-se algumas limitações de produção que foram compensadas pela estabilidade de preços.

Para 1935, o contingente congolês foi de 6.120 toneladas de estanho. As reservas actuais são importantes e os prospectos (prospections) dizem dos resultados animadores.

Diamantes

As sociedades diamantíferas ficaram fiéis à política de concentração de vendas nas mãos dos dirigentes do Dia-

mond Syndicat. A produção, as vendas e os preços, foram satisfatórios. As reservas exploráveis, foram acrescentadas.

(De *L'Essor Colonial et Maritime*)



Lemos na *Quinzaine Coloniale* de Paris :

"As mercadorias japonesas, vendidas a preços reduzidos, invadem todos os mercados. Já não é possível falar-se no "dumping.. A própria baixa do "yen,, tem um papel muito limitado. O Japão é beneficiado pela sua organização industrial, comercial e bancária, incorporada e mantida por um governo precavido. É beneficiado igualmente por um nível de vida inimitável. Nunca o operário europeu se poderá contentar com o regime que satisfaz o operário japonês. As dificuldades alfandegárias surgem e a concorrência nipónica, tem a sua parte de responsabilidade no movimento proteccionista que reduz tôdas as trocas internacionais. Pela primeira vez em 1935, a balança do seu comércio exterior deixa ao Japão, um excedente. E este marca uma nova "étape,, no seu prodigioso desenvolvimento,,.



Em 1936, lia-se no *Deutsche Volkezeitung* :

Nenhuma pessoa sensata se recusará, pensamos nós, a encarar a idea dos mandatos mixtos, isto é, ninguém pensa expulsar os Belgas e os Portuguezes das Colónias que elles possuem actualmente na Africa, mas é preciso que se note que o principio da porta aberta, é necessariamente para a Africa, o duma politica comercial.



1936—Extracto do discurso do Ministro Goebbels :
"Chegará o momento em que deveremos exigir as

colónias. Precisamos delas e o interesse do mundo exige a nossa existência,,.

A volta para a Alemanha das suas antigas colónias é o grande assunto da imprensa e todos os dias esta lhe consagra um artigo officioso. Essa questão apaixonada a opinião que excitada, está toda preparada para votar sobre o caso de saber se seria vantajoso ou não para a Alemanha possuir colónias.

Assim conforme nos previne o Ministro Goebbels,— trata-se de exigir colónias: Primeiramente serão as ex-colónias alemãs da Africa, passo inicial para a realização do sonho do Mittelafrica alemã no ponto em que elle linha ficado em 1914. Se essa reparação da "vergonha de Versailles,, se fizer pacificamente, tanto melhor, se assim não fôr... a Alemanha jogará a sua sorte: o que foi perdido pelas armas, pode reaver-se pelas armas. É ainda o Ministro Goebbels que nos previne: "A Alemanha é forte, tem um exercito e espera o momento favoravel para defender os seus interesses,,.



A ameaça actual é mais séria e mais grave que a precedente, e se nós ainda não temos que recear o inimigo de hontem, não recearemos possivelmente o de amanhã? As conclusões das conferencias futuras que podem ser-nos desfavoráveis, as consequencias de intervenções hostis, a força das ambições, exigem que estejamos preparados para tôdas as eventualidades.

Portugal dá-nos o exemplo. Ouçamos a voz do seu Presidente :

"Se o conflito (com respeito às pretensões estrangeiras sobre as colónias portuguesas), é agudo, mostraremos que somos uma força,,.

Essa sim é uma resposta, boa e sólida, para responder às manobras que se desenham contra o nosso Congo. Povoemo-lo de colonos (esta é outra história) organizemos a defesa da nossa colónia e organizemos *Tropas Coloniais* suficientemente poderosas e sólidas para inspirar respeito e medo, até.

(De *L'Essor Colonial et Maritime*)

ANGOLA

Missão Católica de Munhino



Uma família cristã

ANGOLA

RUSSAVA

Planalto de Benguela



Índigena semeando trigo com um semeador mecânico

A cultura do algodão em Elisabethville

O comissário da província de Elisabethville, decretou impor 30 acres de cultura de algodão a todo o indígena adulto e válido, residente na zona algodoeira do distrito de Tanganiaka, num círculo de 20 quilómetros de raio em redor dos pontos de compras.

Os indígenas que residam entre 20 e 30 quilómetros em volta dos postos de compras, podem praticar igualmente a cultura do algodão sob reserva de autorização do comissário do distrito.

(Do *l'Essor Colonial et Maritime*)

A Doutrina colonial do Marechal Lyautey

(Conclusão da pág. 14)

e) *Ensino*: Dar a cada um o ensino que lhe fôr necessário e útil à classe social a que pertence, e assim, evitar formarem-se os "déclassés", e os desencaminhados que se transformam fatalmente, em revoltados. Só aqueles que se distinguirem no ensino primário, serão animados a seguirem os seus estudos; se não forem filhos de dirigentes, indicados a serem chamados a suceder ao cargo do pai.

Instituir antes de tudo, o ensino profissional; criar escolas, tendo em vista a indústria, o comércio e as possibilidades de cada região.

Para fazer uma obra durável nas colónias é preciso uma vontade, uma decisão, uma continuidade constante e firme—e a parcela de amor sem a qual nenhuma grande obra humana se pode realizar.

Frases de Lyautey

—“Ser colonial, é fazer a segurança.”

“Ser colonial, é fazer a vida.”

“Deve-se evitar criar o vácuo nas operações de ocupação: não é para reinar num deserto que eu estou em Marrocos.”

Os trabalhadores e o Estado Novo

(Conclusão da pág. 15)

Assim o trabalho deixou de ser para a maioria um castigo, um frete que escraviza de sol a sol para passar a constituir um dever, que todo o cidadão tem de cumprir, prestando o seu esforço intelectual, moral e físico à colectividade de que faz parte.

O trabalhador que, dia a dia, desenvolve a sua actividade em todos os sectores da vida colonial, não merece menos ser glorificado porque não cria menos beleza e elevação, antes pelo contrário, maior necessidade tem de leis que o defendam, protejam e acarinhem com mais amor, atendendo a que vive num clima depauperante que exige uma maior dispêndio de energias, um maior esgotamento físico e moral.

Os trabalhadores de Angola contribuindo com o seu esforço para o progresso da Nação, como aqueles que residem em Portugal, têm também direito a ser olhados mais atentamente. A sua defesa no que respeita a previdência, assistência, habitação e instrução é uma necessidade inadiável que o seu futuro reclama.

Se Angola é um prolongamento da Mãe Pátria, como tantas vezes se ouve dizer, se faz parte de Portugal como Trás-os-Montes ou as Beiras, porque não aplicar também aqui as leis com que a Revolução Nacional suavizou a vida aos trabalhadores na Metrópole, convertendo o trabalho em alegria?

Urge, portanto, que as Associações de Classe, espalhadas pela Colónia, que mal podem, na sua maioria, satisfazer encargos que lhes resultam de uma existência precária, sejam remodeladas dentro do pensamento do Estado Corporativo, para o que se torna indispensável conseguir a aplicação, a Angola, das leis que regem o trabalho e protegem o trabalhador em Portugal.

JOÃO DA CONCEIÇÃO COSTA

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês O FOGO

À data em que escrevemos — e as paisagens mundiais transformam-se em tão assombrosa rapidez que é possível que as cousas tenham mudado de aspecto na data em que forem lidas — o Mundo oferece este espectáculo:

— A S. D. N. a mais de meio ano de início do conflito italo-etíope ainda não assentou ideias em matéria de sanções a aplicar à Itália, mantendo a sua personalidade sem ideias — e sem realizações.

— Os franceses assinam o pacto franco-soviético, dando um impulso considerável à cultura do bolchevismo ocidental.

— A Rússia ameaça o Japão com uma declaração de guerra.

— O Japão vai retalhando no corpo da China as fatias que mais lhe apeteçam e inicia também o seu ciclo de revoluções internas.

— A Itália continua a pelejar na Etiópia e a embarçar a política eutopeia.

— A China continua sem saber o que é.

— Os Estados Unidos não ocultam os seus desígnios belicosos.

— A Inglaterra tem as suas esquadras mobilizadas.

— A Bolívia e o Paraguai continuam a não se entender.

— A Espanha, em plena felicidade esquerdista, aproxima-se da Rússia.

— A Alemanha acaba de estrangulhar o já tão usado, cerzido e remendado tratado de Versaillès, ocupando militarmente a zona desmilitarizada do Reno.

— A França mobiliza as suas tropas e ocupa as fronteiras ameaçadas pelo golpe alemão.

— Finalmente, Staline, o ditador russo numa entrevista sensacional diz dos propósitos de exploração das nações capitalistas sobre colónias de certos pequenos países que as descobriram e estão há séculos na sua posse.

Para onde vamos? pergunta-se em tôdas as esquinas.

É a guerra?

É, pelo menos um grande incêndio, que não se circunscreve a um continente, que ameaça queimar todo o mundo.

Nós somos o pequeno país colonial — que é colonial porque descobriu e conserva há séculos as suas colónias — o pequeno país a que Staline se refere.

Temos, por consequência, um telhado de palha no meio do incêndio.

é Não será tempo de irmos chamando os bombeiros e de nos prepararmos todos para apagarmos o fogo que venha ter à nossa casa?

H. G.

Notas do mês

Cabo Verde

O governador de Cabo Verde criou na colónia uma Comissão de Estudos Económicos, de que fazem parte alguns funcionários superiores e delegados das associações económicas de Sotavento e Barlavento. O secretário da Comissão é o chefe dos Serviços de Estatística junto dos quais funcionará o novo organismo, como colector de informações, estudos e objectivos deste carácter. Será editado um "Boletim", para divulgação de pareceres, relatórios, dados estatísticos e mais elementos que possam traduzir ou interessar as actividades do arquipélago.

❖ O "Diário do Governo", publicou o decreto 26:402, o qual suspende a execução do decreto n.º 25:823, que reduz os direitos de importação que na colónia de Cabo Verde incidem sobre os combustíveis de que se abastece a navegação, institui o Grémio dos Comerciantes de Combustíveis de S. Vicente de Cabo Verde e cria um Fundo de melhoramentos dêsse porto, bem como a execução da portaria n.º 1:110 do governador de Cabo Verde.

❖ Nos itinerários dos cruzeiros atlânticos, promovidos para este ano por algumas companhias de navegação estrangeiras, está incluído o arquipélago de Cabo Verde como atracção.

❖ Segundo o recenseamento de árvores de fruto, publicado pela repartição técnica dos Serviços Agrícolas, Florestais e Pecuários desta colónia, existiam na ilha de S. Tiago, em Dezembro de 1955: 23.829 laranjeiras, 201 taugerincinas, 132 limoeiros, 196.753 cafezeiros, 24.752 coqueiros, 13.777 mangueiras, 716 mamoeiros, 4.667 goiabeyras, 727 gamboeiros, 48 nespereiras, 2.435 tamareiras, 34.987 bananeiras, 5.756 papaeiras e 47 coqueiros.

❖ Acêrca dos cafezeiros, nota-se que os melhores se encontram nos vales do centro desta ilha.

❖ O Governador desta colónia fez publicar no "Boletim Oficial", de Cabo Verde uma portaria avisando que serão suspensos das suas funções e abono de vencimentos todos os indivíduos que exerçam funções públicas e não tenham regulado a sua situação militar até ao fim do corrente mês de Fevereiro.

❖ Durante o mês de Janeiro a colónia de Cabo Verde forneceu à Metrópole 1.060 quilos de peles em bruto ou preparadas, 12.925 quilos de sementes oleaginosas, 3.180 quilos de café e 352 quilos de frutas.

❖ A Metrópole enviou para o arquipélago cabo-verdeano, no último mês: água-rás, 96 quilos; cortiça virgem, 150 quilos; pez louro, 110 quilos; resinas, 10 quilos; cal, 1.560 quilos; tintas em pó ou em pedra, 593 quilos; tecidos de algodão crus, 51 quilos; tecidos de algodão tinto ou estampados, 5.002 quilos; tecidos de algodão diversos, 20 quilos; mercadorias de algodão não especificado, 44 quilos; cerveja, 79 decalitros; vinagre, 275 decalitros; vinhos comuns—brancos, 536 decalitros; tintos, 2.003 decalitros, espumosos, 5 decalitros; licorosos, 68 decalitros; vinhos do Porto, 52 decalitros; batatas, 1.020 quilos; legumes secos, 307 quilos; massas alimentícias, 915 quilos; bacalhau, 1.220 quilos; azeite de oliveira, 6.698 quilos; banha e unto, 1.290 quilos; carne fresca e toucinho, 167 quilos; conservas: de carne, 60 quilos; de atum, 35 quilos; de azeitonas, 55 quilos; de tomates, 50 quilos; de frutos, hortaliças e legumes, 130 511 quilos; cebolas, 7.050 quilos; queijo, 30 quilos; madeira serrada para caixas, 4.800 quilos; vidro em obra, 156 quilos; outros produtos cerâmicos, 266 quilos;

papel de escrever, 952 quilos; papel não especificado, 443 quilos; sabão, 3.383 quilos; velas para iluminação, 963 quilos; vernizes, côres e tintas preparadas, 375 quilos; instrumentos, ferramentas e utensílios para agricultura e ofícios, 76 quilos. (Do "Boletim", do Instituto Nacional de Estatística).

❖ O governo da colónia de Cabo Verde abriu na Repartição Central dos Serviços de Fazenda, um crédito especial da quantia de Esc. 1.250.000\$ para início do Fundo de Crédito Agrícola.

S. Tomé e Príncipe

O Governador de S. Tomé enviou ao Ministério das Colónias, pelo vapor "Angola", um circunstanciado relatório relativo ao ano transacto sobre a administração, situação financeira, desenvolvimento agrícola, importação e exportação da referida colónia.

Guiné

A fôlha oficial desta colónia publicou o regulamento interno do "Conselho de inspecção de produtos de exportação", a que oportunamente fizemos referência. Entre outras determinações, manda montar em tôdas as sedes dos concelhos e circunscrições civis e nos respectivos postos administrativos, e tanto quanto possível, em cada centro comercial da Guiné—"postos fixos de inspecção". A inspecção dos produtos exerce-se sobre os trazidos pelos indígenas, mas efectua-se especialmente nos mercados públicos ou feiras, nas estradas ou caminhos, sobre embarcações de qualquer espécie e, em geral, em todos os lugares onde se efectuem cargas e descargas dos ditos produtos e operações de compra e venda. Os produtos imediatamente sujeitos à dita inspecção, na circulação, são a mancarra e o coconote.

❖ Como já também noticiámos, os produtos exportados pelas alfândegas da colónia estão também sujeitas a uma inspecção semelhante, pelas comissões criadas junto das principais casas de despacho aduaneiro.

❖ A comissão municipal de Bolama, publicou o seu relatório dos serviços e contas referentes ao período de 1 de Junho de 1935.

❖ Põe-se em relêvo nesse documento a actividade da comissão e faz-se referência a tôdas as obras efectuadas, graças a uma rigorosa administração, pois, à data da sua posse, a situação do Município não era boa.

❖ Segundo uma tabela publicada na fôlha oficial desta colónia, são os seguintes os preços vigentes nas praças comerciais de Bolama e Bissau, dos gêneros em seguida mencionados, por quilo ou litro:

Massas alimentícias 8\$00; Alhos 8\$00; Açúcar 2\$50; Azeite de oliveira 11\$00; Azeitonas 8\$00; Arroz da terra 1\$00; Bacalhau 8\$00; Banha de porco 11\$00; Toucinho 12\$00; Presunto 30\$00; Chouriço 28\$00; Batatas 2\$50; Cebolas 2\$00; Feijão ou grão 3\$50; Bolachas ou biscoitos 30\$00; Manteiga 28\$00; Café Rio de 1.ª 25\$00; Pão 4\$20; Vinho de pasto, palheto 4\$00; Vinho comum 2\$50; Queijo flamengo ou da serra 30\$00; Carne de vaca ou porco, de 1.ª 8\$00; Carne de vaca ou porco, de 2.ª 6\$00; Peixe grande 4\$00; Peixe miúdo 3\$00.

Conservas, preços por lata:

Ervilhas n.º 1 4\$50; Ervilhas n.º 2 4\$00; Feijão verde 3\$00; Queijos 5\$00; Espargos 15\$00; Leite esterilizado 3\$50; Leite condensado 7\$00; Tomate inteiro 4\$50; Sardinha 1/4 c. 2\$50; Atum em azeite 6\$00.

Vê-se que estes artigos, quasi todos de origem metropolitana, obtêm na Guiné, preços na maioria dos casos superiores em mais de 100 % aos que têm nos mercados de Lisboa e Porto.

❖ O Governo desta colónia determinou que ficassem isentas do pagamento de qualquer taxa de fiscalização eléctrica, as instalações de serviços do Estado e, nomeadamente, as que forem estabelecidas nos seguintes locais: câmaras ou comissões municipais, tribunais, cartórios de notários ou escrivães, contadorias e tesourarias judiciais, conservatórias do registo predial e civil e respectivos postos, estabelecimentos do Estado, cemitérios e casas do Estado que servem de residência a funcionários que têm direito a luz por conta da Fazenda. A isenção de taxa para os corpos administrativos abrange apenas as instalações eléctricas de secretarias e iluminação pública.

❖ O Governador da Guiné autorizou que a contribuição predial urbana de 1934 seja paga, no concelho de Bissau, em três prestações, designando Março, Maio e Julho do corrente ano.

❖ Foram criadas junto das Alfândegas de Bolama, Bissau, Bubaque, Cachen e Tarim, comissões de inspecção de produtos de exportação, compostas dum funcionário aduaneiro e de um comerciante exportador, delegado da C. I. P. E.

Angola

Foi dado início ao plano de urbanização da vila de Gabela, cujos trabalhos são dirigidos por um agrimensor; e iniciada a adaptação dum campo de futuras carreiras entre o Norte e o Sul da colónia.

❖ O governo de Angola mandou vender todo o material existente nas antigas Oficinas Navais do Estado, que funcionaram em Luanda durante muitos anos.

❖ Além das enfermarias que o governo de Angola resolveu mandar construir ao longo das estradas no interior, para uma melhor e eficaz assistência médica aos indígenas, são construídas também enfermarias em tôdas as circunscrições a fim de que essa assistência, especialmente às crianças indígenas seja intensificada.

❖ Igualmente serão feitas novas construções adequadas ao serviço de saúde da colónia, entre elas de escolas para preparar enfermeiros indígenas.

❖ A direcção das Missões Católicas vai contrair um empréstimo de 250 contos ao "Cofre de Providência dos Funcionários Públicos," para concluir as instalações da missão católica nos suburbios de Luanda.

❖ Foi inaugurada em Caconda por Mons. Keiling uma nova igreja, com 24 metros de comprimento e 8 de largo. Apesar da singeleza das suas linhas, ficou um templo católico muito dignificante. O administrador desta circunscrição civil angolana, o sr. José de Oliveira Leite, a quem se deve o melhoramento, promoveu várias festividades desportivas por ocasião da sua solene abertura, diversões que muito interessaram a população e resultaram animadas.

❖ A população do Lobito abriu uma subscrição para custear as despesas com as obras julgadas precisas no campo de aviação nos suburbios desta cidade. Ficará assim dotado dos melhoramentos indispensáveis e garantido o seu aproveitamento em qualquer época, inclusive a das chuvas.

❖ A construção e reparação das estradas de Angola só poderão ter agora execução depois do parecer favorável dum organismo dedicado a dirigir todos êsses serviços, como existe na metrópole. Os projectos e res-

pectivos orçamentos têm de ser previamente enviados a êsse organismo.

❖ Está sendo reparado o material circulante dos caminhos de ferro de Luanda e Mossâmedes.

❖ A Associação Central da Agricultura Portuguesa, secundando a idea da Liga Agrária do Norte, propõe-se realizar, com o concurso das associações económicas portuguesas, um movimento pró-Angola e estudar um plano de reconhecimento agronómico daquela colónia, onde dizem existir apenas dois técnicos, e as possibilidades da sua colonização com elementos agrícolas metropolitanos do norte, que se encontram numa situação alitiva, por terem sido encerradas à emigração as fronteiras de alguns países.

❖ Vão ser modificadas as bases de ensino em Angola, introduzindo-se-lhe as necessárias características técnicas de que carecem.

❖ O Governo de Angola tenciona aumentar nas respectivas províncias o número de escolas de ensino secundário e criando nas mesmas escolas de artes e ofícios e rurais.

❖ Segundo notícias recebidas de Angola, tem aumentado bastante a permuta de vários gêneros entre o Congo Belga e aquela nossa possessão, intensificando-se assim as relações comerciais entre as duas colónias.

❖ Para os corpos gerentes, no corrente ano, da Associação Comercial do Lobito e Catumbela, foram eleitos, para a Assembleia Geral: Companhia Geral de Angola, Araujo & Andrade e Carlos Lourenço de Andrade; para a Direcção: o sr. José Manuel de Figueiredo (releito), presidente; António C. de Almeida Alves (releito), 1.º secretário e Eugénio Martins & Lisboa (releito) para tesoureiro da colectividade. Do Conselho Fiscal fazem parte representantes das firmas Fragoço & Fragoço, Ltd.; Gomes & Irmão, Ltd. e Luiz Coelho Nunes & C.^a

❖ Já foi escolhido e adquirido o terreno onde vai ser construído o novo edificio do Liceu Central de "Salvador Correia," em Luanda. É localizado na Avenida de Brito Godins, com uma área de 53.000 metros quadrados.

❖ A Associação Comercial do Bié resolveu, numa das suas reuniões, que só fosse adquirido aos indígenas produtos em casca, mas que em caso algum fosse exportado nessas condições; e que o mesmo produto fosse pôsto à venda, depois de descascado, em duas qualidades: sendo a primeira por inteiro e a segunda com uma percentagem de partido, não superior a 25 ou 30 %.

Quanto a embalagem, foi resolvido que êle deve ser apresentado em sacaria que apenas comporte 60 quilos; que, para levar o indígena à venda do arroz em casca, se deve lançar mão da propaganda no primeiro ano, sendo do segundo em diante obrigatória a sua venda naquelas condições, facto que também se deve observar relativamente à embalagem, cujo tipo deve ser estudado.

❖ O reitor do Liceu Nacional de "Diogo Cão," da Huíla, foi encarregado pelo Governador Geral de Angola de proceder a um inquérito a vários actos sucedidos no Liceu Central de "Salvador Correia," de Luanda—de que se fez êco a imprensa local.

❖ Foram reconduzidos no exercício do corrente ano os vogais do Conselho de Disciplina de Angola que prestaram serviço no mesmo durante 1935.

❖ A Associação Comercial do Bié, tendo conhecimento de que a "Comissão reguladora do comércio do arroz," em Lisboa, mantém o seu critério quanto à colocação na Metrópole do arroz produzido nesta colónia, oficiou ao sr. governador de Angola, solicitando-lhe tôda a sua influencia junto do sr. Ministro das Colónias no sentido de ser observada a doutrina dum despacho do seu antecessor, de 16 de Março de 1935, quando ainda Sub-

-Secretário de Estado das Colónias—acêra da entrada do arroz colonial nos mercados do continente europeu.

❖ O Governo Geral desta colónia concedeu licença, pelo prazo de cinco anos, à sociedade tchecoslovaca "Bata, a. s.", com representação em Angola, para proceder à extracção da borracha de tôdas as plantas borrachíferas em diversas regiões do antigo distrito da Lunda e em tôda a Província do Bié.

❖ No "Boletim Oficial", de Angola, foi publicada uma portaria nomeando o tenente-coronel médico sr. dr. João Augusto Ornelas, chefe da Repartição Provincial de Saúde e Higiene de Benguela, para proceder a um inquérito de apuramento de responsabilidades pelo não pagamento de direitos de cais, devidos pelo carvão e óleos fornecidos à navegação pela Companhia de Combustíveis do Lobito—contrariamente ao estabelecido no diploma legislativo n.º 287, de 1931.

❖ Foi proposta a criação de um Depósito Penal em Angola.

❖ Começou a funcionar, em Luanda, desde o dia 1 de Janeiro, o "Sindicato de Indústria e Comércio de Peixe de Luanda", destinado a promover a venda e exportação de peixe e seus derivados, de maneira a uniformizar os produtos e a melhorá-los na sua qualidade e preparação. O sindicato, dentro do qual se acham reunidos os principais exportadores e industriais de peixe, tem em vista amoldar a exportação e situação dos mercados consumidores, especialmente os do Congo Belga, África Equatorial Francesa, S. Tomé e Príncipe e Moçambique.

❖ O Governo de Angola, pela Administração do Concelho de Benguela, mandou fornecer sementes aos agricultores sinistrados pelos gafanhotos na região.

❖ O sr. Augusto Pereira da Cruz, falecido há meses em Mossâmedes, legou à Câmara Municipal daquela cidade, tôda a sua fortuna, avaliada em cerca de um milhão de contos. Esta avultada importância destina-se, como determinou o legatário, à criação de um asilo para crianças e que será, segundo cremos, a maior instituição de assistência que neste género ficará existindo em Angola.

❖ Foram nomeados: membros do tribunal Administrativo, efectivos, os srs. tenente Augusto de Magalhães Pires e Fernando Pimentel Júnior, e suplentes os srs. 2.º tenente Rafael Leiria e dr. Cunha Jardim; Intendentes dos Distritos do Cuanza-Sul e Mossâmedes, respectivamente, os distintos administradores srs. Luiz Ribeiro Botelho e Raul de Carvalho Mesquita; Tesoureiro do Conselho Administrativo do Cofre de Previdência dos Funcionários Públicos, o sr. Eurico Maria de Abreu Teles, em substituição do sr. Felix de Mira Godinho.

❖ A Associação Comercial do Bié escolheu os sócios srs. Américo Fragata e Joaquim Luiz Soares, o primeiro para representante do comércio e o segundo da agricultura, na Delegação da Junta de Defesa da Produção e do Comércio.

❖ Para os corpos gerentes do corrente ano, da Associação dos Empregados do Comércio de Benguela, foram eleitos os srs. António Ferreira Botelho e José Dias Martins, respectivamente, presidentes, da Assembleia geral e Direcção.

❖ Vão ser reorganizados os serviços respeitantes à administração central da colónia de Angola.

❖ A Direcção Superior de Fazenda ordenou que ficasse cativa a importância de 1.500 contos para pagamento das dívidas ao comércio.

❖ A população da colónia subcreveu com cerca de 7.000 angolares para a compra do Palácio da Independência em Lisboa, considerável auxílio, dadas as actuais circunstâncias materiais dos habitantes de Angola.

❖ Segundo notícias de Angola, está sendo rigorosa-

mente cumprida a medida que fôra ordenada para se seleccionar o café e todos os outros produtos da colónia, destinados à exportação.

❖ O Governo de Angola pediu para seguirem para ali alguns médicos veterinários, pois está procurando dar o maior desenvolvimento ao serviço pecuário.

❖ Vai ser organizado o quadro do pessoal da Repartição Central de Cadastro em Angola.

❖ A comissão dos Sinistrados da Guerra no Sul de Angola representou ao Governo sôbre a situação aflitiva em que se encontram aqueles sinistrados, por causa dos prejuízos sofridos por ocasião do combate de Naulila, em 1914.

❖ Para a presidência da direcção da Associação Comercial do Moxico, foi eleito o sr. José Luiz da Costa Pena. No cargo da presidência da assembleia geral da mesma colectividade, para o corrente ano, ficou o sr. João Afonso, que foi reeleito.

❖ Foi concedida licença a Saraiva & Irmão, Ltd, para, durante cinco anos, proceder à extracção, nos terrenos pertencentes ao Estado; ou aquisição aos indígenas, de borracha de tôdas as trepadeiras que se encontrem nas áreas das circunscrições civis do Pombo e Cuango.

❖ O Conselho Superior das Colónias negou provimento ao recurso interposto pela Sociedade Quissana Agrícola do despacho do Governador Geral de Angola que lhe indeferiu o requerimento em que a recorrente pedia a redução da sua colecta de contribuição industrial por ser uma sociedade exclusivamente agrícola. O Conselho fundamentou-se com a circunstância da redução de 60 %⁰ a que alude a portaria ministerial de 3 de Setembro de 1932, ser exclusivamente para os anos de 1934-35, 1935-36 e 1936-37 e não para os anteriores.

❖ Foi autorizada a mudança da sede do Pôsto Administrativo de Dimuca, do concelho de Ambaca (província de Luanda), da povoação de Entre-Rios para N'Gage.

❖ Ao sr. Henk Ring foi concedido alvará para a montagem duma fábrica de tabacos na cidade de Mossâmedes.

❖ Segundo informações recebidas de Angola, a agricultura tem tomado ultimamente um grande incremento. Aumentou a sua exportação no ano findo—aumento que seria muito maior se fôsse colocado todo o milho produzido. No referido ano a importação foi de 70 mil toneladas, no valor de 187.000 contos e a exportação de 145 mil toneladas no valor de 222.000 contos.

❖ Os funcionários de Angola residentes nas outras colónias especialmente em Moçambique e Índia, pedem que lhes sejam pagos os seus vencimentos em atraso.

❖ Por uma portaria publicada no "Boletim Oficial", último, foi fixado o dia 19 de Janeiro como feriado Municipal no Concelho do Lubango, por ter sido nesta data que em 1885 se instalou no local onde hoje se ergue a cidade Sá da Bandeira, a colónia madeirense.

❖ Durante o ano de 1935 entraram no pôrto do Lobito 309 navios, cuja tonelagem bruta acusada é de 1.563.141 toneladas. Segundo as nacionalidades, 175 eram portugueses, 48 belgas, 31 alemãs, 23 ingleses, 23 italianos, 4 americanos, 3 noruegueses e 2 japoneses.

O movimento de passageiros europeus foi o seguinte: desembarcados para Angola, 1.655; em transitio, para o Congo Belga, 1.143. Seguiram para a Europa e outros destinos, utilizando o pôrto do Lobito, 2.455 viajantes.

Movimento geral de mercadorias:

Exportação de Angola, ton.....	66.705
Importação para Angola, ton.....	19.713
Exp. em transitio (minério)	27.229
Imp. em transitio, ton.	9.647
Exp. de gado vacum (cabeças).....	3.774

Principais produtos exportados:

Milho, 30.516 ton.; açúcar, 14.000; oleaginosas, 3.510; feijão, 3.656; sal, 3.011, fibras, algodão, urzela e cordame (principalmente sisal), 2.253; peixe, 1.023; fuba e farinha de milho, 1.829; alcool, 718; arroz, 524; cera, 599; couros, 179; e trigo, 174 toneladas.

Receitas para os serviços do porto, 2.353.601,51 angolares; despesas, angolares 1.950.119,60; saldo, 423.481,89.

Foi autorizado o governador geral de Angola a abrir um crédito especial de 666.995,14 para liquidação de despesas pertencentes à mesma colónia e ao ano económico de 1933-1934, utilizando para contrapartida igual importância disponível do saldo positivo de 7.504.242,15 da conta de exercício da mesma colónia relativa também ao ano económico de 1933-1934.

A Associação dos Comerciantes de Angola em Lisboa apresentou ao sr. Ministro das Colónias diversos trabalhos que têm por objecto conseguir-se uma mais ampla protecção ao café colonial, no consumo da Metrópole, e a colocação do mesmo produto, por meio de acordos iniciais na Alemanha e Espanha.

Consta que a Companhia Agrícola de Angola conseguiu colocação na América do Norte, para 7.000 sacos de café, dos quais 4.000 foram expedidos pelo vapor "João Belo".

Moçambique

O Conselho do Governo de Moçambique aprovou a verba de Esc. 89.792\$00 destinada ao pagamento dos vencimentos dum piloto-aviador.

A Direcção dos Caminhos de Ferro de Moçambique vai introduzir várias beneficiações nas povoações em que haja pontos de apoio das respectivas linhas, sendo um dos primeiros melhoramentos o fornecimento de luz eléctrica.

Segundo uma nota da capitania dos portos da Beira, no ano de 1935 entraram nos portos do território de Manica e Sofala 696 navios e saíram 701. No ano anterior, o movimento tinham sido de 641 navios entrados e 635 saídos; no de 1935, respectivamente, de 587 e 591. Manifestou-se, portanto, um aumento de 109-110 (entradas e saídas) sobre 1933 e 55-56 sobre 1934. As receitas cobradas para a Companhia de Moçambique foram, em 1935, de 82.548\$05. Em 1934 tinham sido de 72.650\$42.

A cerimónia do juramento de bandeira dos recrutas europeus, constituiu, em Lourenço Marques, uma curiosa manifestação, tendo o sub-chefe do Estado Maior, da colónia de Moçambique, sr. capitão Luna de Oliveira, proferido um discurso patriótico. Assistiu à cerimónia o sr. governador geral, que passou revista aos novos incorporados no exército regional e às outras unidades locais, presentes ao acto.

Foi nomeado chefe de posto do quadro administrativo da colónia de Moçambique, para um dos lugares da referida categoria ainda não providos, o terceiro oficial, adido, em serviço no extinto quadro administrativo do Ministério das Colónias, Mário Pinheiro de Melo.

O governo de Moçambique pediu autorização ao Ministério das Colónias para a realização dum acordo para a permuta de encomendas postais e outros objectos sujeitos a embolso, entre aquela colónia e a Grã-Bretanha.

O Ministério das Colónias enviou para Moçambique selos postais, na importância de 2.248.000\$00, em satisfação de requisições feitas pelas instâncias oficiais desta colónia.

Deve ser publicado brevemente um diploma in-

troduzindo várias alterações do regulamento de minas do território da Companhia de Moçambique, assunto que está afecto ao Conselho do Império Colonial para emitir o seu parecer.

Foi reforçada com a quantia de 1.000 contos a verba destinada à captação e despesa de canalização de água para os institutos de beneficência de Namaacha.

Para os serviços de assistência médica aos indígenas na província do Niassa foram destinados mais 317.600 escudos, o que permitirá concluir a enfermaria regional de Meconta, fazer reparações no hospital de Memba e adquirir uma camioneta para o serviço da sub-delegação de saúde Vila Cabral.

Por motivo da inauguração da luz eléctrica, realizaram-se no Chinde vários festejos, em que interveio a população com o concurso da de Quelimane.

Já se encontram exercendo o seu mister, os 18 pescadores europeus que da Metrópole foram recentemente para Lourenço Marques, a-fim-de praticarem na colónia a indústria da pesca. Estes pescadores fizeram-se acompanhar dum lancha com motor e respectivas rédes.

Foram aprovados os estatutos da Associação de Beneficência Indo-Lohana da Colónia de Moçambique, com sede em Lourenço Marques.

Segundo portaria publicada no Boletim Oficial desta colónia, foi aberto à exploração definitiva o trecho de caminho de ferro entre Namina e Ribaué, no Caminho de Ferro de Moçambique, que havia sido concluído no ano de 1934.

Pela Casa da Metrópole, em Lourenço Marques, foi publicado o primeiro número, referente a Janeiro deste ano, dum "Fôlha de Informações", contendo vários dados estatísticos e informação diversa de muito interesse, principalmente para o comércio local.

Notícias da Beira dizem que as colheitas de milho e de algodão, nos territórios da Companhia de Moçambique, se apresentam este ano com bom aspecto.

O Conselho de Câmbios (fundo cambial), funcionando em Lourenço Marques, iniciou o seu exercício no princípio do corrente ano com um saldo de Libras 887.725.15,05.

A gerência da caixa de aposentações e pensões dos funcionários do quadro administrativo de Moçambique, foi por determinação do governo da colónia, cometida a comissão administrativa que serviu no ano anterior.

O conselho de disciplina dos funcionários públicos da colónia, durante o ano corrente, é composto pelos chefes de serviços da Obras Públicas, Veterinária, Estatística e de Indústria, Minas e Serviços Geológicos.

Índia

Foi reforçado com a verba de rupias 2:102:02:10 o "Fundo do Fomento", desta colónia, para compra de cilindros de compressão para as estradas.

A colação da rupia continua a regular 8\$20 venda e 8\$35 compra.

Durante o mês de Dezembro a Índia exportou pelo porto de Mormugão, para Antuerpia, Dunquerque e portos holandeses—7.500 toneladas de manganês e 615 toneladas de cromo-ore.

Também foi comemorado o "dia da Metrópole", nos distritos de Damão e Diu e em todos os concelhos de Goa—resultado que muito deve satisfazer a Sociedade de Geografia de Lisboa, que sugestionou esta celebração nas colónias portuguesas.

• Vão ser reorganizados os Serviços Agrícolas, Florestais e Pecuários do Estado da Índia.

• O Governo desta colónia autorizou que sejam dispendidos 10.874.000,00 rupias com obras de carácter militar, incluindo a reconstrução de troços de muralhas desmoronadas no "Forte do Mar", no distrito de Diu.

• O "Heraldo", de Nova Goa, diz constar-lhe que o sr. Governador Geral da Índia visita o território inglês da Índia entre Abril e Maio próximos.

Assumirá então o governo interino da colónia, o sr. major H. Craveiro Lopes, visto o sr. dr. César Mendes, actual vice-presidente do Conselho do Governo, seguir para a Metrópole em princípios de Maio em gozo de licença graciosa.

• Entre outros, foram nomeados para fazer parte dos corpos gerentes da Associação dos Agricultores de Nova Goa, os srs. Vencexa Dessai, para presidente da Assembleia Geral e João de Figueiredo para presidente da Direcção.

• O governo desta colónia aprovou os estatutos do "Orfanato de Santo Aleixo", para o sexo feminino, com sede em Calangute. A comissão gerente é presidida por uma individualidade escolhida pelo sr. Patriarca das Índias.

• Para exercer interinamente as funções de director dos serviços de Agrimensura no Estado da Índia foi nomeado o tenente de infantaria António Gonçalves Torgal, que acumulará esse cargo com as funções de oficial às ordens do Governador.

• O Conselho do Governo desta colónia aprovou uma proposta apresentada pelo sr. Governador Geral para ser paga à Companhia do Caminho de Ferro Madras S. M. Ry, uma percentagem pela cobrança de meio por mil sobre o imposto de selo de mercadorias em trânsito.

• Foi também aprovada uma proposta que determinava a proibição, nas ruas de Nova Goa, do trânsito de carros puxados por homens no transporte de mercadorias.

• O governo geral da Índia propõe-se fazer um empréstimo dentro da própria colónia, isto é, pela Caixa Económica Postal, destinado a vários melhoramentos, assunto que foi submetido ao Conselho do Império Colonial para dar o seu parecer.

• Os serviços dos correios e telégrafos de Nova Goa passam a ser desempenhados por uma estação que se denominará Estação Central dos Correios e Telégrafos de Nova Goa.

• O Conselho do Governo do Estado da Índia aprovou um crédito de 65 contos para as viagens e subsídios dos componentes da delegação da colónia à projectada Conferência Económica do Império Português.

• O governador geral da Índia propoz para continuar como professores interinos, um do 1.º e 2 do 8.º grupo do Liceu, visto a grande afluência de alunos externos do mesmo.

• Segundo elementos fornecidos à imprensa pela Direcção dos Serviços Aduaneiros da Índia, sabe-se que a exportação da colónia diminuiu em 1935, de 214.670 rupias (comércio geral) em relação a 1934. A importação do estrangeiro também acusa uma baixa de 327.666 rupias.

Na totalidade indicada para a exportação, há a deduzir 3.300 rupias de moedas de ouro e prata.

Macau

• Apesar de fazer serviço com hidro-aviões, a "Pan-American Air Line", está preparando em Macau, no

sítio de S. Francisco, Praia Grande, um grande aerodromo destinado a carreiras que, em breve, vai inaugurar entre os Estados Unidos e aquela nossa colónia do Extremo Oriente.

• Consta que vão ser feitas negociações para a carreira aérea entre a Europa e Macau para a condução de malas postais ser extensiva à colónia de Timor.

• Deve ser brevemente inaugurada uma carreira de navegação entre as colónias de Macau e Timor e o norte da Austrália, de que resultará o aumento do tráfego das duas colónias e da exportação dos seus produtos.

• O major de engenharia sr. Ferreira da Silva e Cunha, Director das Obras Públicas de Macau, vai passar a exercer o cargo de vice-presidente do Conselho do Governo da mesma colónia.

• Foi proibida a circulação em todo o território da colónia de Macau dos cheques-prata, conhecidos pelo nome de "pang-tans".

• Na folha oficial da colónia foi publicado o regulamento para o serviço de abastecimento de águas à cidade de Macau.

• O governador interino de Macau pediu autorização ao sr. Ministro para publicar no boletim oficial os diplomas que têm concedido graus de ordens portuguesas a entidades ou corporações da colónia ou localidades vizinhas.

• Deve seguir brevemente para Macau, fornecida pela Casa da Moeda, grande quantidade de selos postais.

• Segundo o apuramento das contas do ano económico transacto, relativas à colónia de Macau, viu-se que há um saldo positivo na referida gerência na importância de 478 patacas.

• O Governo de Macau vai reprimir a mendicidade naquela colónia, tendo ordenado a repatriação de todos os chineses que a exerçam.

• O Governador de Macau vai tratar de organizar o quadro dos enfermeiros daquela colónia.

Timor

O governo de Timor está estudando um vasto plano de melhoramentos a realizar em todas as circunscrições da colónia, na época seca, compreendendo de Abril a Novembro, bem como um plano de fomento, compreendendo grandes melhoramentos.

• Segundo notícias recebidas de Timor, está sendo ali ensaiado a aplicação de mistura de álcool com gasolina, para máquinas.

• Como noticiámos, na colónia de Timor tem tido enorme desenvolvimento a plantação da cana sacarina, para o fabrico de álcool. Brevemente serão ali instalados alambiques para destilação.

• Foi criada em Timor uma associação denominada Cooperativa Oriental, possuindo uma Caixa Económica destinada aos seus associados.

• Foi criado pelo governo desta colónia um selo de "assistência", de aposição obrigatória nos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro de cada ano, para contribuir com a sua receita nos encargos provenientes da expansão dos serviços de enfermagem e hospitalar em todo o território nacional da ilha de Timor.

• Foi efectuado o censo da população da colónia de Timor, referente a 31 de Dezembro do ano findo, num total de 480.655 habitantes, destes são 258.538 varões e 214.117 fêmeas, sendo 510 de raça branca, 677 mixta, 158 preta, 2.387 amarela e 456.725 oceânica.

• Vai ser aberto um concurso para admissão de aspirantes do quadro administrativo de Timor.

Livros e Publicações

Moçambique—*Documentário trimestral n.º 3 e 4.*

Trouxe-nos o último correio os n.ºs 3 e 4 desta magnífica publicação do Governo da Colónia. Há que fazer-lhe uma referência entusiástica, pois não haverá nesse entusiasmo a menor ponta de exagero. É agradável sadamente agradável encontrar tão notável oportunidade de louvor, de dizer bem — de louvar e dizer bem sem reticências nem reservas.

Esta publicação cujos quatro números constituem já uma obra que ficará, são antes de mais nada o documento exuberante e vivo do alto nível de civilização da Colónia. É depois disso uma obra de cultura, de bom gosto, de elegância estética e intelectual, pela qual há que felicitar vivamente não só o governador da Colónia, mas também todos os seus colaboradores que nela intervieram.

Desde a apresentação, à distribuição dos assuntos, à maneira como estes são tratados, só há que felicitar, felicitar efusivamente sem manchar com qualquer reparo, uma obra pela qual todos os portugueses — e especialmente os que vivem em Moçambique — podem justificadamente sentir sadio orgulho.



Recebemos e agradecemos:

Boletim da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Luanda.

—*Anuaes de l'Institut Colonial de Bordeaux.*

—*L'Essor Colonial et Maritime*

—*Relatório e Mapas do Movimento Comercial e Marítimo da Guiné.*

—*Bulletim de l'Institut Colonial et Agricole de Nancy.*

—*Boletim dos Serviços de Agricultura e Comércio, Colonização e Florestas de Angola.*

—*Boletim da Direcção dos Serviços de Agricultura e Comércio de Angola.*

—*La Quinzaine Coloniale.*

—*Rassegna d'Oltremare.*

—*Estatística Comercial de Angola 1933-1934.*

—*African World.*

—*Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.*



Desenvolvimento da indústria do tabaco em Macau

Eslá sendo desenvolvida a indústria do fabrico do tabaco em Macau, tendo a firma F. Rodrigues pedido autorização para ali montar uma fábrica.

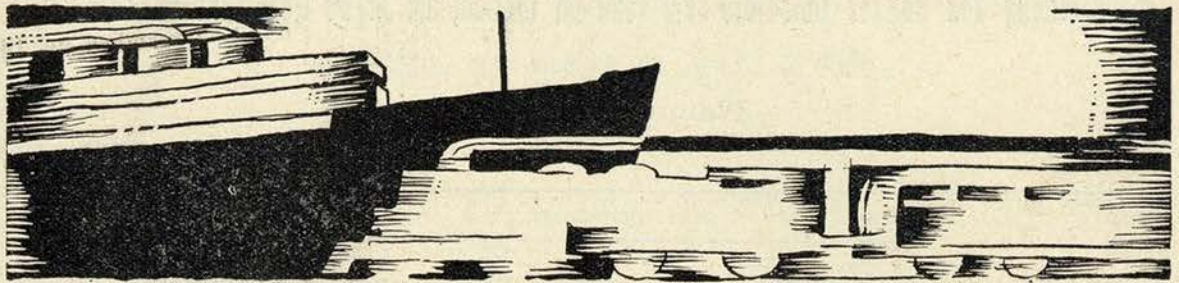
“PORTUGAL COLONIAL”

TEM DEVIDAMENTE MONTADOS NA SUA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS DE PROCURADORIA E AGÊNCIA AO DISPOR DOS SEUS LEITORES, ANUNCIANTES E ASSINANTES.

OS SERVIÇOS DE PROCURADORIA ENCARREGAM-SE DE TODAS AS COMISSÕES QUE OS LEITORES DA REVISTA RESIDENTES NA PROVÍNCIA OU NAS COLÓNIAS LHES QUEIRAM CONFIAR.



PORTUGAL COLONIAL



ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914 Julho	Índices-números				Índice-número	
		1932	1933	1934	1935	1935 Janeiro	1936 Janeiro
LISBOA (cidade)	100	1.636	1.304	1.303	1.275	1.292	1.114

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1935 15 de Dezembro
Cacau fino	15 quilogr.	77\$00	35\$00
Cacau paiol	»	62\$00	25\$00
Cacau escolha	»	36\$00	17\$50
Café de S. Tomé, fino	»	(b) 210\$00	—
Café de Novo Redondo	»	124\$00	40\$00
Café de Ambiz	»	123\$00	40\$00
Café de Encoje	»	116\$00	38\$00
Café do Cazengo (de 2. ^a)	»	120\$00	36\$00
Coconote	»	33\$00	17\$50
Copra	»	42\$00	19\$00
Óleo de palma, mole	»	45\$00	(d) 35\$00
Rícino	»	27\$00	20\$00
Gergelim	»	34\$00	20\$00
Algodão	Quilog.	10\$00	6\$50
Cera	»	16\$00	11\$00
Cola	»	6\$00	(e) —
Açúcar, rama	»	(c) 1\$70	(e) —
Milho	»	\$94	—
Coiros	»	15\$00	6\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Dezembro de 1935

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede), . . .	520.731	20.914.208	—	—	7.389.226	2.138.769
Banco N. Ultramarino (Sede)	10.629.046	4.740.006	170.213.294	89.547.009	143.186.333	117.006.418

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro 1935-1936

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1935	1936	1935	1936
	Janeiro	Janeiro	Janeiro	Janeiro
Reexportação :				
Cacau	18.322	175.187	41.416\$00	381.934\$00
Café	—	3.635	—	8.420\$00
Cera	10.127	23.423	90.271\$00	243.892\$00
Outras mercadorias	94.603	73.095	298.913\$00	102.052\$00
Total	123.052	275.340	430.600\$00	736.298\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	—	—	—
Café	418.339	245.281	1.496.100\$00	582.400\$00
Cera	—	30.690	—	299.000\$00
Óleos de palma e côco	13.528	—	10.460\$00	—
Ursela	—	—	—	—
Outras mercadorias	320.226	278.685	369.400\$00	436.700\$00
Total	752.093	554.656	1.875.960\$00	1.318.100\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas em Janeiro de 1936

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	—	—	—	—	—	—
Açúcar	893,338	—	—	1.490.324	—	—
Café	175,278	3,180	—	9	4,849	3,026
Trigo em grão	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto	13,850	1,060	1,044	3,691	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	29,529	—	—	—	—	—
Sementes oleaginosas	45,516	12,925	80,510	19,998	165,067	—
Milho	139,401	—	—	51,812	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	226	52	28	804	9	106
» da Madeira (decalitros)	—	—	—	—	—	—
» comuns tintos (decalitros)	37,547	2,033	6,929	36,171	2,966	561
» » brancos (decalitros)	—	—	—	—	—	—
» licorosos (decalitros)	320	68	28	20	—	—
Conservas de vegetais	—	—	—	—	—	—
Sardinhas em salmoura	—	—	48	740	—	—
Conservas de sardinha	855	—	1,601	27,573	305	676
Conservas de peixe não especificado	—	—	—	—	—	—
Cortiça em rolhas	18	—	—	2,887	—	—

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1935		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 Fevereiro 1936		15 Março 1936	
						C.	V.	C.	V.
123\$00	83\$00	11-6-1935	1934	L. 5\$00	Agrícola das Neves	109\$50	112\$50	112\$50	114\$00
104\$00	80\$00	1-4-1935	1934	L. 4\$00	Agricultura Colonial (Soc.)	114\$00	118\$00	113\$00	120\$00
530\$00	375\$00	15-10-1935	1 ^a -1935	L. 12\$00	Açúcar de Angola	503\$00	514\$00	577\$50	579\$00
68\$00	32\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 ² / ₃	Boror	61\$00	63\$00	66\$00	68\$00
21\$00	11\$00		1927		Cabinda	13\$00	—	13\$50	14\$00
49\$50	26\$50	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. ^a Em. ...	28\$50	29\$50	31\$50	32\$50
46\$00	24\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. ^a Em.	—	28\$50	30\$00	31\$50
20\$00	13\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação	15\$00	—	15\$00	25\$00
200\$00	131\$00	22-4-1935	1934	L. 9\$00	Ilha do Príncipe	215\$00	215\$50	218\$50	219\$50
13\$00	8\$60	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25	15\$10	16\$00	14\$50	—

PORTO DA BEIRA

O pôrto da Beira é um dos mais importantes da África Oriental e o 2.º em movimento, da nossa colónia de Moçambique.

Tem um cais acostávei com 450 metros de extensão, podendo atracar 3 vapores de grande tonelagem e está òptimamente apetrechado com guindastes eléctricos.

É o pôrto natural para os territórios de Manica e Sofala, para as Rodésias (Norte e Sul), Niassa-lândia e Catanga (Congo Belga). Os combóios de passageiros e mercadorias chegam ao cais, fazendo-se o transbordo directamente.

Actualmente faz-se a viagem por caminho de ferro do Lobito à Beira, utilizando a ponte sôbre o rio Zambeze, que tendo a extensão de 3.619 metros é a mais comprida do Mundo, sendo assim o mais curto caminho entre as duas costas.

Para tôdas as informações, devem dirigir-se ao director do Pôrto da Beira (África Oriental)

Sede: LISBOA

45, Rua da Boa Vista, 49, 1.º

TELEFONES:

P. A B. X. — 2 7607 — 2 422.



Sucursal: PORTO

181, Rua José Falcão, 189

TELEFONE:

5046

TELEGRAMAS: ROECHLING

AÇOS FINOS ROECHLING, S. A.

Director: ÉNG.º J. D'ARRIAGÁ DÈ TAVARÈS

Secção de Aços e Ferramentas

Secção de Máquinas Industriais

Secção de Máquinas Agrícolas—Motores de Combustão Interna

Secção de Electricidade

Secção Técnica—Estudos, Projectos

Orçamentos, Montagens

FÁBRICA DAS ANTAS

S. A. R. L.

FUNDADA EM 1895

Rua da Vigorosa, 654—PORTO-PORTUGAL

TELEFONE 972

AS MAIORES INSTALAÇÕES DO PAÍS PARA O FABRICO
DE ARAME FARPADO E REDE DE ARAME PARA VEDAÇÕES

Malhas de Ferro para cimento armado e estuques.—Pregaria de arame, polida
ou zincada, para construções.—Pregaria, cravinhos e cardas
para calçado e outros usos.—Parafusos com rosca para madeira, em ferro e latão

OS SEUS PRODUTOS IMPÕEM-SE PELO
SEU ESMERADO FABRICO E EMBALAGEM

DEPOSITOS no Norte do País: AVEIRO, BRAGA, BRAGANÇA, CHAVES, COIMBRA, FIGUEIRA DA
FOZ, GUIMARÃES, OLIVEIRA DE AZEMEIS, OVAR E VISEU

Agências nas ilhas adjacentes e colónias portuguesas:

BEIRA	ANGOLA	CABO VERDE	MADEIRA	AÇORES
C. MOÇAMBIQUE	Raul Lelo	Abilio A. Martins	Leonel G. Luiz, L. ^{da}	Viriato M. Pereira
Afonso H. d'Almeida	Caixa Postal 147	Caixa Postal 35	R. Queimada de Baixo, 24	R. Marquês da Praia, 12
Caixa Postal 244	Telefone 137	S. VICENTE—CABO VERDE	Caixa Postal 79	PONTA DELGADA
	LUANDA		FUNCHAL—MADEIRA	S. MIGUEL—AÇORES

Companhia de Seguros "DOURO"

Fundada em 1835

Delegação em Lisboa: Rua da Prata, 80—Telefone 2 6664

Fusão das antigas Companhias:

SEGURANÇA

DOURO

INDEMNISADORA

e CONFIANÇA DORTUENSE
(de 1835, 1846, 1871 e 1875)

Telefones: 604 e 2104 (P. B. X.)

Sede no Dôrto, em edifício próprio

Capital e reservas:

Largo de S. Domingos

6 milhões de escudos

(Antigo edifício do Banco de Portugal)

Seguros Terrestres, Marítimos, Agrícolas, Au-
tomóveis, Acidentes Pessoais e no Traba-
lho, Responsabilidade Civil, Vidros
e Cristais, Greves, Tumultos,
Dostais e Vida.

AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS

ULTRAMARINA

COMPANHIA DE SEGUROS
FUNDADA EM 1901

Sede no seu prédio da

Rua da Prata, 108
LISBOA

Efectua seguros:

- Contra incêndio
- De desastres no trabalho
- De automóveis (todos os riscos)
- Marítimos
- Agrícolas
- Postais
- De cristais contra quebra

CAPITAL E RESERVAS

Esc. 5.034.108\$95

Telefone P. B. X. 23348

O uso das
Águas Mineiras

“VIDAGO,,
“PEDRAS
SALGADAS,,

é INDISPENSÁVEL

a todos os Coloniais
que queiram readquirir
ou defender a saúde

Á VENDA EM TODA A PARTE

PORTUGAL COLONIAL

REVISTA DE PROPAGANDA
E EXPANSÃO COLONIAL

Director—HENRIQUE GALVÃO

**Assuntos económicos — comerciais
agrícolas — industriais e financeiros.
Informações de todo o mundo colonial**

**AGENTES EM TODAS AS CIDADES ULTRAMA-
RINAS, MADEIRA, AÇORES, BRASIL, ETC.**

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Metrópole e Ilhas Adjacentes:

Avulso	3\$00
Semestre	18\$00
Ano	36\$00

Colónias Portuguesas e Brasil:

Avulso	4\$50
Semestre	25\$00
Ano	50\$00

ESTRANGEIRO (Ano)..... 60\$00